



PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

ATA SUMÁRIA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DO IDOSO - REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2004

Aos dezoito dias do mês de junho de 2004, a Diretoria e membros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, reuniram-se no Edifício Sede do Ministério da Justiça, Sala 328, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília-DF, com início às 09h30, para discussão dos assuntos de interesse do referido Conselho, conforme pauta em anexo. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Sra. **Maria José Barroso** – CNBB/Presid. CNDI; Sr. **Paulo Sérgio Maciel Negrão** – M. da Cultura; Sra. **Léa Lúcia Cecílio Braga** – CFESS; Sr. **Maurício Pinho Gama** – M. da Educação; Sra. **Paula Regina R. Macedo** – ABRAZ; Sr. **Perly Cipriano** – SEDH; Sra. **Ana Amélia Camarano** – M. do Planejamento; Sra. **Regina Célia de Oliveira Bittencourt** – M. das Relações Exteriores/DHS; Pe. **Alfredo Morlini** – Inst. Pró+Vida; Sr. **Álvaro da Silva Neto** – Asilo Rio Branco; Sr. **Geraldo Adão Santos** – COBAP. Sra. **Maria da Penha Franco** – M. do Desenvolvimento Social; Sra. **Josefa Barros C. Ávila** – M. da Previdência Social; Sr. **Manoel Veras Nascimento** – M. do Trabalho; Sra. **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos** – Ass. Bras. De Educação - Demais presentes:– Sra. **Ana dos Santos Braga** – M. da Previdência Social; Sr. **Magdo Soares** – M. dos Transportes; **Teresa Ouro** – M. da Previdência Social. A reunião foi aberta pela Conselheira-Presidente **Maria José Barroso**, que após dar boas vindas à todos, procedendo na leitura e aprovação da pauta, com a inclusão de um item extra-pauta, que seria a Avaliação da Campanha da Fraternidade de 2003, apresentada pelo Cônego José Carlos Dias. Em seguida passou a palavra ao Sr. **Mário Mamede**, Secretário Adjunto dos Direitos Humanos, que em breve explanação sobre o esforço que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, vinha fazendo por responsabilidade de tratar a todos os Conselhos sob sua orientação, de maneira igual gerando uma base operacional que possa atender a todos, concluindo por uma Secretaria Executiva competente, com nível de eficácia e eficiência grande, capaz de operar os conselhos nas suas necessidades básicas. Enfatizou que por cada conselho ter a sua periodicidade de reuniões, e respeitando a necessidade, o dispositivo legal e a realidade objetiva de cada um, a Secretaria vinha buscando o estabelecimento de uma periodicidade de reuniões bimensais. Informou que houve um esforço da Secretaria em conjunto com todos os Conselheiros para que o CNDI passasse de consultivo para deliberativo por decisão e sustentação legal, já aprovado pela Casa Civil, faltando apenas a sanção do Presidente Lula. Complementou que até o momento a Secretaria não possuía um espaço físico que comportasse a todo a contingência de pessoal, mas que isso já estava sendo conquistado. Concluindo informou que vinham conseguindo, até então era muito tímida, mas agora de maneira absolutamente transparente, sentarmos e discutimos parcerias com as empresas estatais como a Petrobrás, Fundação Banco do Brasil, USIMINAS, CHESF, e a TELEMIG Celular de Minas, que irá apoiá-los nacionalmente no fortalecimento dos conselhos tutelares e de direitos. Transmitindo aos Conselheiros a sugestão de que alguns deles tendo a possibilidade de apontar encontros na busca de parcerias, colocava os membros da Secretaria para acompanhá-los, com objetivo não só do ponto de vista de aportar recursos ou instrumentos que lhes facilitem o trabalho, mas também para parcerias que trabalhem junto, criando comissões tripartite - o Conselho, a Secretaria e o parceiro – fazendo a gestão dos recursos e dos programas,

acompanhamento, monitoramento e com poder de crítica. A Presidente **Maria José Barroso** solicitou que o Dr. Mário explicasse melhor a questão da não-deliberação do Conselho, uma vez que a Sra. Marta do Ministério do Desenvolvimento Social, durante a sua fala no Congresso da SBGG, na Bahia, havia informado que esse Conselho era deliberativo. O Dr. **Mário Mamede** respondeu que o Conselho na sua concepção primeira, foi apontado como deliberativo, mas não materializou-se e passou a ser consultivo. Enfatizando que o que poderia ser feito seria a Secretaria tomar uma posição de decisão política e procurarem agilizar a sanção presidencial; feito isso, a consequência seria a publicação e, a partir da nova visão legal sobre o conselho, providenciarem a leitura do regimento anterior e adequá-lo à lei. O Conselheiro **Perly Cipriano**, acorreu neste ponto, informando que tais assuntos seriam tratados no item de pauta INFORMES, para que os Conselheiros não se delongassem muito. Neste momento o Dr. **Mário Mamede** após discorrer sobre o tema concluiu que a Secretaria queria era ter a nova lei para, a partir dela e na visão de ter um conselho deliberativo que precisa ser politicamente forte, se estabeleça a partir do decreto que regulamenta, o regimento e as questões internas que devem orientar o dia-a-dia do conselho e o processo eleitoral de sucessão e tudo mais; que não terão papel de intervenção, de condução, ou manipulação da sua vontade. Assim agradece a todos pela oportunidade e se despede. Na sequência a Presidente **Maria José Barroso** passa a palavra à Sra. Tereza Ouro para apresentar o Programa de Educação Previdenciária. ITEM I – Apresentação do Programa Educação Previdenciária – Sra. **Tereza Ouro**, do Ministério da Previdência Social, em agradecimento pela oportunidade em apresentar ao Conselho tal Programa, apresentou a Sra. Ana Braga e a Srta. Karen, ambas fazem parte da equipe de Coordenação do Programa. Deste ponto deu início a sua apresentação, de onde ressaltamos os seguintes pontos: i) o Programa foi instituído em fevereiro de 2000, na época com o nome de Programa de Estabilidade Social, sendo motivado exatamente pela questão da cobertura previdenciária, sendo então verificada a baixa cobertura da Previdência; ii) de cada dez pessoas, quatro não tem a cobertura da Previdência Social, em números absolutos gira em torno de 27 milhões de trabalhadores, dados da PNAD de 2002; iii) população ocupada, entre 16 a 59 anos, são cerca de 70 milhões de pessoas, desses 40 milhões e 800 mil pessoas são contribuintes do serviço público; 29,7 milhões são contribuintes da área privada; 7,7 milhões são os segurados especiais que são os trabalhadores rurais ; 28,4 milhões são os não contribuintes; desses 28,4 milhões, 1,3 milhão são beneficiários, recebem algum benefício; iv) 9,8 milhões recebem menos que um salário mínimo ou não têm rendimentos; ou recebem até menos de um salário mínimo. Ponderou que a questão da renda é crucial para a questão da baixa cobertura, que as pessoas realmente estão com a renda muito baixa e que, enfim, na hora de escolher, ou colocam o pão em casa ou contribuem para a Previdência, e que logicamente optam por colocar a comida em casa. Disse que é uma situação realmente grave - desses 27 milhões, 16,9 milhões recebem um salário mínimo ou mais, que estão na faixa acima de um salário mínimo, igual ou maior que um salário mínimo, e concluiu que esse é o panorama da questão da cobertura da Previdência Social com os dados mais atuais que são os dados da PNAD 2002, ou seja, que nós temos 27 milhões de trabalhadores que estão fora da Previdência Social, que não têm acesso aos benefícios do serviço da Previdência Social, e questionou que se pensarmos no futuro, veremos que são pessoas que nunca irão se aposentar na vida, que quando chegarem na idade avançada não vão ter acesso à Previdência, e disse que é isso que na verdade se percebe que acontece todos os dias na Previdência, ou seja, todos os dias chegam pessoas nas agências, idosos, achando que podem se aposentar, chegam lá e percebem que não podem, porque elas não têm os requisitos necessários para a aposentadoria, porque nunca lhes foi informado o que precisavam fazer para terem acesso. Enfatizou que são 27 milhões de pessoas que nunca irão se aposentar, mas

ponderou que quando se pensa no presente, quando elas adoecem, quando se
acidentam, também ficam sem renda e ficam desprotegidas também, porque segundo
ela as pessoas sempre pensam que a Previdência é aposentadoria, principalmente o
jovem, que acha que é uma coisa que está longe, mas registrou que a Previdência
não é só aposentadoria, que ela possui um elenco de benefícios que são oferecidos
que também incluem o auxílio-doença, o auxílio acidente, o auxílio reclusão, cuja
existência muitas pessoas nem conhecem, que é o auxílio que é devido não ao
prisioneiro, mas à sua família. Enfatizou que se a pessoa é reclusa, sua família tem
direito. Concluiu que são benefícios que também são atuais, que não é só a
aposentadoria que está no futuro, adicionou que hoje também esse cidadão que está
desprotegido, se ficar sem condições de trabalhar, mesmo que seja temporariamente,
ele fica sem renda, e afirmou que existe a questão da reabilitação profissional, porque
se a pessoa se acidenta, não tem acesso à reabilitação profissional como teria se
estivesse vinculado à Previdência. Registrou que nesse ponto foi focalizada a
cobertura do idoso, com dados também da PNAD 2002, só que focados no idoso, com
9 milhões 575 mil aposentados; 1 milhão 925 mil pensionistas, isto é, aposentados e
pensionistas, porque existem pessoas aposentadas e que também têm pensão, e
registrou que 945 mil contribuintes não beneficiários, ou seja, não têm nenhum
benefício, mas estão contribuindo para a Previdência Social e estão cobertos.
Concluiu que o total de protegidos é de cerca de 13 milhões. Registrou que o total de
idosos com 60 anos ou mais é de 16 milhões, e que dos 16 milhões de idosos, 13
milhões estão cobertos, e proclamou que felizmente esse é um dado que está com um
quadro melhor do que a situação em termos totais de cobertura. Disse que a cobertura
dos idosos, os socialmente protegidos, é em torno de 81,5%, e que logicamente o
ideal seria que fosse de 100%, mas ponderou que no quadro anterior de 27 milhões, a
cobertura era de 61%. Acrescentou que quando se foca no idoso, a cobertura está em
torno de 81%, que não é o ideal, que o ideal seria 100%, mas que pelo menos se
percebe que a cobertura está um pouco maior no idoso, e disse que hoje geralmente
nos lares que têm idosos existe socialmente uma condição melhor, com recursos, com
a questão da aposentadoria. Continuou mostrando o próximo quadro, um retrato da
cobertura previdenciária dos idosos em todos os Estados em percentuais, e declarou
que o Piauí é o Estado que está em melhor condição, com 90%, de cobertura dos
idosos, seguido da Paraíba, Rio Grande do Sul, que a Paraíba também em torno de
90%, vindo depois o Rio Grande do Sul 87%, o Rio Grande do Norte também com
87%, e que o Estado que está numa situação pior em termos de cobertura é Roraima,
com 53%. Concluiu sua apresentação, dizendo que aquele era um panorama
resumido, mas que existem dados bem mais detalhados na Secretaria de Previdência
Social. Nesse momento, a senhora **Josefa Barros C. Ávila - Ministério da
Previdência** tomou a palavra, declarando que tomaria o endereço de cada um e que
enviaria a cada um deles, no que incontinenti o senhor **Manoel Veras Nascimento –
Ministério do Trabalho** perguntou se para aqueles idosos só se apresentavam os
benefícios previdenciários. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência
Social** respondeu que sim, e que na Secretaria de Previdência Social existem dados
bem detalhados, os quais a Josefa estava dizendo que podia mandar, e acrescentou
que se os presentes se interessassem em ter aquele documento detalhado, poderiam
até vir depois, convidarem um técnico da área de estudos para apresentar mais
detalhadamente aqueles dados, que são divididos por idade, sexo, ocupação,
acrescentando que aquele tinha sido apresentado para terem uma idéia do panorama.
Com relação a LOAS, disse existem muitos idosos que chegam numa idade avançada
sem ter direito a aposentadoria no regime geral de Previdência Social, e que são
encaminhados para verificar a possibilidade de terem acesso a um benefício da LOAS.
Declarou que diante daquele panorama que foi apresentado, da baixa cobertura
previdenciária, que segundo ela é um problema social grave mesmo, que na verdade

159 essas pessoas que nunca vão se aposentar, no futuro vão depender da caridade
160 alheia, da família, da ajuda de terceiros ou o próprio Governo, que vai ser preciso criar
161 algum programa social específico para amparar essas pessoas, e ponderou que
162 realmente é um problema que preocupa. Disse que diante disso, o objetivo do
163 Programa de Educação Previdenciária é informar e conscientizar a sociedade acerca
164 de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de
165 assegurar a proteção social aos cidadãos por meio de sua inclusão e permanência no
166 Regime Geral de Previdência Social. Concluiu que essa é a tarefa do Programa, de ir
167 até o cidadão para informá-lo, e que estão fazendo o caminho inverso que
168 normalmente é visto no serviço público, no qual sempre se espera que as pessoas o
169 procurem para que prestem as informações. Disse que estão saindo de seus balcões
170 de atendimento no Brasil todo, e indo até o cidadão, indo literalmente para a rua para
171 encontrar o cidadão, seja ele quem for e esteja ele onde estiver. Acrescentou que
172 esse Programa faz um trabalho em nível de Brasil, mobilizando comitês em todo o
173 Brasil para ir até o cidadão, e que está indo literalmente para a praça, para as feiras
174 livres, para presídios, tribos indígenas, e que são inúmeros os lugares para onde estão
175 indo e desenvolvendo várias ações com vistas a levar a informação ao cidadão, para
176 garantir pelo menos a ele o direito à informação. Continuou dizendo que uma das
177 coisas que foram percebidas em relação à cobertura, é que existia um número, quase
178 10 milhões recebem menos de um salário mínimo, e que a questão da renda é grave,
179 mas que também existem pesquisas que indicam que cerca de 66% das pessoas, em
180 dados de 2001, não conhecem a Previdência, e que a questão da desinformação é
181 muito grave também, que as pessoas não conhecem a Previdência, não sabem o que
182 é, para que serve, quais são seus direitos e deveres, quais são os benefícios
183 oferecidos, e que muitas vezes a confundem com a Saúde porque antigamente eram
184 juntas. Declarou que muitas vezes as pessoas reclamam da Previdência por conta das
185 filas nos hospitais, da falta de ambulância, e disse que na verdade uma coisa não tem
186 a haver com a outra, que as pessoas misturam Previdência com a Saúde, e disse que
187 a desinformação é grande, e que o Programa de Educação Previdenciária entra nessa
188 brecha para minimizar essa questão. Ponderou que logicamente o Programa não vai
189 resolver sozinho esse problema, mesmo porque existe a questão de renda e outros
190 fatores que merecem outras ações que em conjunto possam ajudar, mas que a sua
191 parte é dar informação, preparar as pessoas, informá-las para que conheçam seus
192 direitos e deveres. Nesse ponto, começou a apresentar como funciona o Programa de
193 Educação Previdenciária. Declarou que existe um comitê nacional vinculado ao
194 Secretário Executivo do Ministério da Previdência, que esse comitê nacional é
195 composto de áreas específicas do Ministério, do INSS e da DATAPREV, e que têm
196 assento no comitê nacional áreas específicas dos três segmentos que compõem a
197 Previdência Social, e que a Previdência Social é o tripé: Ministério, INSS e
198 DATAPREV, cada um com sua função específica. Registrou que existem os comitês
199 regionais, que são 102, um em cada gerência executiva do INSS espalhada em todo o
200 Brasil. Declarou que o comitê regional tem três membros, sendo um coordenador, e
201 que em cada gerência executiva do INSS, ou seja, 102, existe um comitê regional e os
202 comitês locais que são vinculados aos regionais que estão localizados em cada uma
203 das agências da Previdência Social. Enfatizou que são 1.164 agências, e que foram
204 criados quase mil comitês. Acrescentou que os comitês locais também têm três
205 membros, sendo um coordenador e pelo menos um representante, porque alguns têm
206 dificuldade de pessoal, e que com 1.164 agências conseguem chegar mais perto do
207 cidadão. Além disso, acrescentou que fazem parte da estrutura do Programa os
208 Superintendentes do INSS, os Gerentes Executivos que também são 102, os
209 Assessores de Comunicação Social, um em cada Estado, os Assessores de
210 Informações Institucionais onde existe superintendência e os Gerentes Estaduais da
211 DATAPREV, que fazem parte do corpo do Programa de Educação Previdenciária,

vinculados ao comitê nacional com a subordinação técnica. Ponderou que na verdade o Programa de Educação Previdenciária não é ligado a uma área específica da Previdência, que ele agrega a Previdência como um todo, o Ministério, INSS e DATAPREV e várias áreas dentro desses segmentos, todos voltados para um mesmo objetivo, acrescentando que ele agrega os comitês, nos quais existem pessoas, assistentes sociais, técnicos de benefícios, técnicos da área de controladoria, e disse que o que importa, na verdade, é a disposição do servidor de se agregar a esse trabalho e ter vontade de ajudar nesse trabalho social, porque segundo ela, ele acaba sendo um trabalho quase voluntário porque os servidores não são exclusivos desse trabalho; ponderou que eles têm as suas atividades normais no dia-a-dia e, ainda assim, acumulam essas atividades do Programa, e concluiu que por isso mesmo muitas vezes têm que trabalhar à noite, nos finais de semana, porque é uma tarefa à parte que é agregada ao seu dia-a-dia. Disse que isso acaba sendo uma coisa feita com idealismo, voluntária, para encampar a questão social. Acrescentou que é assim que funciona o Programa de Educação Previdenciária. Disse que as ações que são desenvolvidas, são palestras, realização de cursos, seminários, fóruns, que são feitos muitos cursos para preparar pessoas, disseminadores, pessoas que são formadoras de opinião dentro do seu entorno, da sua comunidade, que possam também ajudar nesse trabalho de disseminação. Registrou que nas feiras e exposições de grande porte que acontecem pelo Brasil, como a Feira do Peão de Barretos, nas quais circulam muitas pessoas e muitos comerciantes também, normalmente a Educação Previdenciária está lá, monta um *stand* e faz o trabalho de orientação e informação. Declarou que são feitas visitas a feiras livres, porque sabe-se que dentro desses 27 milhões, um número grande é de pessoas que estão na informalidade, que o desemprego está grande, as pessoas vão para a informalidade, e a única forma de chegar a essas pessoas é assim, porque a Previdência não consegue fiscalizá-las. Acrescentou que é um trabalho de conscientização, de informação, porque quando a pessoa é empregada, é possível a Previdência ter o controle para ver se a empresa assinou a carteira, mas que quando a pessoa está na informalidade, a pessoa é que tem que conhecer a Previdência, conhecer seus direitos e espontaneamente se inscrever, e concluiu que é por isso que esse tem que ser um trabalho de informação e conscientização, porque segundo ela é uma ação espontânea, a pessoa tem que se dar conta que é importante. Acrescentou que existem programas de orientação em escolas e universidades também, com vários comitês realizando ações nesses lugares, e que alguns comitês já têm programas, espaço em rádio para poder falar, porque segundo ela as pessoas, principalmente as pessoas mais do interior, ouvem muito o rádio. Por fim, disse que também participam em alguns eventos promovidos por órgãos públicos e privados. Concluiu dizendo que aquelas eram em termos gerais as ações, e que o público alvo atingido são feirantes, ambulantes, líderes comunitários, empregados domésticos, motoristas, trabalhadores rurais, profissionais liberais, pescadores, estudantes, donas de casa, enfim, que o público é muito variado, e acrescentou que estudantes e donas de casa, por exemplo, são pessoas que podem ser seguradas da Previdência com seguros facultativos, mas que muitas vezes eles não sabem disso, que se eles tiverem acima de 16 anos já podem se inscrever na Previdência como segurados facultativos e garantirem a questão do seguro social, e que as donas de casa também podem se inscrever como seguradas e depois terem acesso aos benefícios e serviços como qualquer outro segurado da Previdência, e finalizou dizendo que o público alvo é muito diversificado, e que como existem muitos Brasis dentro do Brasil, as realidades são muito diversificadas, cada comitê identifica o público alvo que merece uma maior atenção. Nesse momento, a senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt – MRE** perguntou se já existe uma avaliação de quantas donas de casa se inscrevem. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** respondeu que pela estatística, conseguem identificar os

segurados facultativos, ao que a senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt – MRE** perguntou se as donas de casa estão discriminadas, e a senhora **Ana Amélia Camarano - Ministério do Planejamento** acrescentou a isso se é possível saber que categoria é. O senhor **Manoel Veras Nascimento – Ministério do Trabalho** respondeu, dizendo que é difícil, porque o facultativo é aquela pessoa que não exerce atividade laboral, ou a exerce mas não pode comprovar, porque quem trabalha ilicitamente, por exemplo, um apontador de jogo do bicho, não vai dizer que é apontador de jogo do bicho, porque é uma atividade ilícita, mas ele pode se inscrever como segurado facultativo. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** acrescentou que as chamadas profissionais do sexo podem se inscrever como seguradas facultativas, mas elas não declaram o que são. O senhor **Manoel Veras Nascimento – Ministério do Trabalho** corroborou essa idéia, dizendo que a lei não obriga que eles declarem o que fazem porque o pressuposto da lei é que eles não exercem atividade laboral remunerada. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** acrescentou que seus parceiros em geral são associações, entidades educacionais, religiosas, entidades do sistema S, SENAC, SENAI, SEBRAE, e que os parceiros, na verdade, os têm ajudado muito no trabalho, porque segundo ela permitem que cheguem mais perto do cidadão, mobilizam a comunidade, organizam turmas para que possam realizar um curso, uma palestra, e que a adesão da sociedade civil organizada é uma coisa muito positiva. Nesse momento, o padre **Padre Alfredo Morlini - Instituto Pró-Vida SS** perguntou se existem Conselhos Municipais do Idoso. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** respondeu que sim, que as parcerias são inúmeras pelo Brasil, cerca de 500 parcerias locais, que ajudam nesse trabalho, que a adesão da sociedade civil organizada é bem significativa, que há um interesse comum na questão do resgate da cidadania. Acrescentou que as parcerias em nível nacional são aquelas que estão formando para terem uma ação mais efetiva, que aquelas firmadas com a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, estão tentando ajudar no combate à desigualdade de gênero, raça, e que foram eles que aderiram a essa parceria. Disse que também estão envolvidos com a Secretaria Especial de Direitos Humanos no trabalho de erradicação do trabalho escravo no Brasil, com a Confederação Nacional da Agricultura, a CNA, para informar melhor os empregadores rurais sobre seus direitos e deveres. Disse que com o SENAC, têm uma parceria que foi firmada no final do ano passado, e que na prática significa que a Previdência está sendo incluída em todos os cursos profissionalizantes do SENAC, para cabeleireiro, manicure, para que as pessoas que vão participar desses cursos obrigatoriamente conheçam, tenham acesso ao conhecimento previdenciário e saiam com o material específico sobre a Previdência. Disse que isso já está sendo operacionalizado, que existem algumas parcerias em andamento com o Ministério do Trabalho e Emprego para a inclusão do módulo da Previdência nos cursos de qualificação profissional, e que com o PNQ a parceria já está em vias de ser assinada, que já imprimiram inclusive, e que é só uma questão de ser aprovada pelas duas áreas. Concluiu que vai ser mais um avanço, porque esses cursos que são realizados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho vão ter o módulo da Previdência inserido. Registrou que com a parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, que é a Associação à qual estão vinculadas empresas do tipo da Natura, Avon, que têm revendedoras de porta em porta, vão conseguir chegar às promotoras e consultoras de venda, porque elas também teriam, muitas delas fazem dela, na verdade, fazem disso um acréscimo na sua renda, outras não, é o seu sustento mesmo. Concluiu que elas precisam saber que precisam contribuir para terem direito e também vai obterem um aumento significativo, e que a cobertura da mulher é maior do que a dos homens, disse que a mulher é mais previdente, e que com esse trabalho vão aumentar ainda mais, vão ter um aumento ainda maior, que ela tem mais preocupação com o futuro, com a

segurança dos seus filhos, que isso é mais característico da mulher, e que isso fica bem evidente na questão da cobertura, e segundo ela, com certeza com essa parceria vai aumentar ainda mais. Acrescentou que estão articulando uma parceria com a Caixa Econômica Federal, que eles também têm vários programas sociais, e que estão vendo de que forma conseguirão agregar. Com relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está desenvolvendo um plano para garantir a documentação da trabalhadora rural, o Plano Nacional para Documentação da Trabalhadora Rural, MDA, disse que também estão em vias de assinar uma parceria, para ajudar também. Registrou que nesse plano, vão garantir à trabalhadora rural a identidade, CPF, registro de nascimento, e que nesse ponto a Previdência entra para garantir o acesso e a inscrição na Previdência. Declarou que aquelas eram as parcerias em nível nacional em andamento, e disse que existem aquelas parcerias locais que dizem que são importantes, mas que quando firmam em nível nacional conseguem dar um cobertor maior, uma maior efetividade às ações. Acrescentou que as principais propostas do Programa para 2004 eram de criar as parcerias em nível nacional, que têm percebido que é importante firma-las entre Ministérios, pois ficam mais fortalecidas, e disse que a inclusão da Previdência Social nos currículos escolares do ensino fundamental e ensino médio é uma proposta muito importante, porque é permanente, que existe fundamentação legal para isso, ou seja, concluiu, a Previdência vai fazer parte do ensino formal do jovem, e que logicamente isso vai ser de uma forma diferenciada, que a forma de apresentar a Previdência tem que ser uma forma mais lúdica, mais interessante, e que têm percebido, nas ações isoladas que já vêm sendo feitas em escolas, que a receptividade é muito grande, que pensa-se que não, mas que eles se interessam pelo assunto, porque tem vários comitês que já têm realizado ações em escolas e o interesse é grande do jovem pelo assunto. Segundo ela, o adolescente, que tem uma característica um pouco egoísta, quando percebe que se os pais não estiverem segurados essa história pode sobrar para ele, é um excelente educador, já chega em casa cobrando, querendo saber se o pai é da Previdência ou não é. Acrescentou que isso é bem interessante, que mesmo no ensino fundamental, as crianças também se interessam, e que sabe, por ser uma realidade, que o aluno sai do segundo grau, e que é uma minoria aqueles que vão para a universidade, que a maioria já vai logo direto para o mercado de trabalho e vai se virar mesmo, e que pelo menos eles já vão sair do ensino formal orientado, conhecendo seus direitos e deveres em relação à Previdência Social e sem contar que a partir dos 16 anos eles já poderão ser um segurado facultativo, que independente dos seus pais serem ou não serem, ele já pode ser. Enfatizou que essa é uma proposta que entendem importante, e que estão lutando para conseguir inserir também nas universidades. Disse que a definição junto com as demais áreas da Previdência de estratégias para acelerar a inclusão previdenciária é uma ação interna que tem sido feita junto com a Secretaria de Previdência Social, com a área do INNS, e acrescentou que a legislação tem sido estudada para se ver o que pode haver em termos de legislação que possa ser alterado para acelerar, para facilitar essa inclusão. Com relação à implementação do Projeto Previdência Sem Fronteiras, disse que é um projeto que está sendo desenvolvido e que vai intensificar a questão do Programa de Educação Previdenciária, que é chegar mais, interiorizar mais, utilizar mais o Prev-móvel terrestre e o flutuante que a Previdência tem, para mobilizar estudantes de universidades para serem agentes educadores previdenciários também, agentes de inclusão social. Acrescentou que esse é um projeto que já foi aprovado no Ministério e que está em fase de planejamento da execução. Registrou que em relação à questão dos estudos que estão sendo feitos na Previdência, um deles é a redução da alíquota, disse que se sabemos que a renda é um fator social, as pessoas não têm dinheiro e que hoje o contribuinte individual tem que pagar 20%, e que existe esse estudo para reduzir para 8%, para facilitar a inclusão dos menos favorecidos. Declarou que os

371 pontos positivos que percebe no Programa que são bem evidentes: “o papel social é
372 importante”, disse ter consciência que é um trabalho de formiguinha, de ir para a rua,
373 de chegar até o cidadão, que sozinhos não conseguem resolver, mas que estão
374 fazendo a sua parte, e que é lógico que existem outras ações que precisam se juntar a
375 eles. Disse que a atuação é sem discriminação porque se fala com todo cidadão, seja
376 ele quem for, esteja onde estiver, que não existe esse pensamento de “Esse recebe
377 menos que um salário mínimo, não vai vir se inscrever mesmo, não vou nem falar com
378 ele”; segundo ela, ele é um cidadão que tem direito à informação, e que na verdade
379 essa é a sua tarefa, de garantir a informação, e como consequência disso pode haver
380 um aumento de arrecadação, se mais pessoas se inscreverem, mas que esse não é o
381 foco. Comentou que a “Adesão da sociedade civil organizada” é outro ponto positivo
382 observado, o qual considera bastante importante. Quanto ao “Fortalecimento da
383 imagem e da credibilidade da instituição”, disse que na verdade acabam divulgando
384 também o lado positivo da Previdência, a qual segundo ela está sempre na vitrine, e
385 com qualquer deslize recebe muita pancada, mas que no entanto, a Previdência tem
386 um papel muito importante na sociedade. Em relação à “Presença diária da
387 Previdência Social na mídia local”, disse que o Programa de Educação Previdenciária
388 conquista espaços e com isso divulga mais a Previdência. Na “Integração de várias
389 áreas da Previdência”, como já havia falado no início, consegue-se agregar várias
390 áreas em torno de um mesmo objetivo. E finalmente no “Resgate da motivação e da
391 auto-estima do servidor”, disse que ele acaba se envolvendo mais e estando cada vez
392 mais consciente da missão da Previdência, de proteção social do cidadão e também
393 com mais consciência do seu papel como servidor nessa missão. Disse perceber que
394 o Programa de Educação Previdenciária vem promovendo uma mudança de cultura
395 interna e externa também, interna nessa mobilização dos servidores em torno desse
396 trabalho, que é social, que é importante, e externa também porque as pessoas
397 também começam a perceber a Previdência, olhar a Previdência com outros olhos. E
398 concluiu que acaba sendo a mudança de cultura interna e externa. E para finalizar,
399 passou algumas fotos de algumas ações que são desenvolvidas na rua, uma delas em
400 Salvador, onde participaram da lavagem do Bonfim para fazer um trabalho com as
401 baianas do acarajé. Outra foi em Petrolina, com tribos indígenas, um trabalho
402 interessante feito pelo comitê de Petrolina. Mostrou também o curso de formadores
403 em São Paulo, uma motorreata em Santo Antônio de Jesus, com *motoboys*, moto
404 taxistas, e disse que os acidentes são enormes, as mortes também e que existe até
405 uma cartilha específica que distribuíram para orientar essas pessoas. Mostrou o
406 Teatro em Petrópolis, e disse que existem vários comitês que fazem teatro para
407 passar informação, numa forma lúdica bastante interessante. Mostrou a Ação Pró-
408 cidadania em São Paulo, que segundo ela é uma dessas ações do tipo Ação Global,
409 desses tipos de ação em que a Educação Previdenciária se faz presente. Mostrou isso
410 em Porto Alegre, literalmente na rua, abordando as pessoas na rua e fazendo a
411 orientação, entregando o material. Mostrou os caminhoneiros em Rio Branco, no Acre,
412 parando os caminhoneiros e entregando material e orientando os caminhoneiros.
413 Mostrou em Curitiba os agentes indo à praça, montando uma barraquinha dando
414 informação às pessoas. Mostrou em Palmas, Tocantins, uma ação numa feira livre
415 com os feirantes. Mostrou uma ação que foi feita com os camelôs em Brasília. Mostrou
416 uma ação no Mercado Municipal de Cuiabá. Em seguida, mostrou os dados da
417 Coordenação do Programa de Educação Previdenciária, e disse que outros dados
418 adicionais seriam incluídos. E, para finalizar, disse que gostaria só de deixar uma
419 pequena mensagem em relação ao que é o Programa – proclamou que “Mais do que
420 disseminar informações, a Educação Previdenciária toca corações, exercita
421 solidariedade e resgata a cidadania.” Acabou sua fala agradecendo a atenção e
422 declarou estar à disposição para qualquer esclarecimento. Em seguida, o senhor
423 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco**, tomou a palavra, dizendo que

gostaria de parabenizar à Tereza Ouro e declarou que a questão da educação Previdenciária era muito oportuna, e que em Sergipe o Conselho Estadual do Idoso realizou um Seminário “Educação para um Envelhecimento Saudável”. Disse que estão preocupados com os idosos vulneráveis de hoje, que estão preocupados em construir idosos verdadeiros cidadãos, e disse que realizaram um seminário no qual trataram de questões como a sexualidade na adolescência até a terceira idade, a questão da atividade física, a importância para construir um idoso saudável, cidadão, e que aí entra a sexualidade, a cidadania, com defensores públicos dizendo o que é a cidadania e um público alvo com estudantes, idosos, e relatou que a Gerência da Previdência também falou sobre a educação Previdenciária, que tem que estar na escola, que tem que se preparar para isso, e relatou que trataram também de violência familiar, renovação interior, fizeram uma dramatização, uma peça teatral com os jovens tratando da violência familiar, as DST, Aids, a evolução tecnológica, a questão da conta do idoso. Disse que as pessoas estão vivendo cem anos, cento e poucos anos, que quem nasce hoje tem uma expectativa de vida de 120 anos, que estamos vendo o Projeto Genoma, as células tronco, uma série de coisas. Declarou que esse foi um evento que acredita ser pioneiro, e que irão multiplicar isso ao nível de Brasil, e que a Subsecretaria deveria disseminar esse trabalho. Registrou seus agradecimentos e disse estar muito feliz, porque segundo ele é preciso ter essa visão não só do velho de hoje, que está sofrendo muito, mas de construir um cidadão amanhã, um velho protagonista da sua história. Nesse momento, a senhora **Ana Amélia Camarano - Ministério do Planejamento** tomou a palavra, declarando que também queria lhe parabenizar, e disse que achava superinteressante a divulgação da informação básica para qualquer programa, e que essa é uma preocupação muito grande que ela tem, porque trabalha com pesquisa, nas duas pontas, jovens e idosos, e enfatizou que os idosos de hoje têm uma cobertura de 82%, que é um momento muito atípico da história brasileira, que nós estamos num momento muito bom em relação à população idosa, principalmente à cobertura previdenciária, e disse ter medo que isso só seja um ponto na história, que daqui a dez, quinze anos, olhe para trás, e diga: “pô, aquele foi um ponto na história”. E disse que sua preocupação passa por aí, porque analisando a situação do jovem, existe hoje uma situação muito precária de inserção. Em relação à questão do mercado de trabalho, dos 27 milhões não cobertos, disse que seus dados chegam até 40, porque ali só foi considerada a população ocupada, sem considerar os não-ocupados? Nesse momento, a senhora **Josefa Barros C. Ávila - Ministério da Previdência** acrescentou que também existe a população de 16 a 59 anos, porque antes tinha 40, porque tinha uma população de 10 a 59. Ao que a senhora **Ana Amélia Camarano - Ministério do Planejamento** comentou que esse não era o ponto principal, que o ponto que lhe chamava mais a atenção é que a desproteção, a não-cobertura, decresce com a idade, ou seja, que ela é muito maior no segmento mais jovem, e que isso está associado com a estabilidade de renda. Disse que eles não estão inseridos, ou têm trabalho por três meses e depois ficam seis meses sem trabalhar. Concluiu que é um trabalho de baixa remuneração e muito instável, o que faz que dificilmente eles contribuam. E disse que realmente com uma alíquota de 20% para uma população que ganha menos de dois salários mínimos, você não vai contribuir, e que nenhuma campanha daria certo. Disse que a empregada doméstica contribui porque estamos contribuindo para ela, e que sua preocupação com a questão da redução da alíquota é superimportante. Acrescentou que um segundo ponto é a questão de haver uma grande parte do informal que trabalha uma parte do ano e outra parte não trabalha, e que a contribuição tem que ser mensal. Disse que para as pessoas ligadas à área de turismo, essa atividade é muito sazonal, que na França, por exemplo, existe um tipo de contribuição paga uma vez por ano, e que acha que essa é uma outra forma a ser pensada, que ao invés de estar pagando 8% todo mês, a pessoa paga um salário mínimo por ano, porque então a pessoa pode

477 tirar naquele mês em que mais precise. Nesse momento, a senhora **Tereza Ouro -**
478 **Ministério da Previdência Social** disse que já existe um projeto pronto na SPS, e
479 então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, dizendo que queria, em
480 nome da Secretaria, agradecer a presença importante, que estava previsto o debate,
481 mas que infelizmente o prazo tinha-se extrapolado, e que de outra forma não
482 cumpririam as outras agendas. Registrou que em nome da Secretaria queria
483 agradecer a presença, que queria que disponibilize para todos os Conselheiros aquela
484 apresentação, que a Secretaria está com um projeto de realizar seminários
485 especificamente sobre Estatuto do Idoso em todos os estados, em que convida o
486 Ministério Público, a Defensoria Pública, juízes, Secretarias Estaduais e Municipais,
487 Conselhos, os idosos, a OAB, enfim, todos juntos, e que a idéia é que nesses
488 seminários estivesse também a Previdência, para definir qual é o papel de cada um
489 exatamente para que a comunidade idosa e a sociedade possa cobrar deles. Declarou
490 que queria parabenizar a parceria que têm com a Previdência, que é importante, e que
491 querem desenvolver mais. Disse que a idéia é que em cada estado no qual realizarem
492 uma atividade, possam estar juntos, na mesma mesa, fazendo a exposição do
493 trabalho. E declarou que ele já pode se preparar para fazer uma exposição, pois
494 certamente em todos os Estados haverá seminários, e que a idéia é que em cada
495 seminário esteja presente alguém para falar sobre isso. Fez seus agradecimentos em
496 nome do Ministro e do Subsecretário Adjunto, declarando que posteriormente
497 poderiam convidar a equipe para um debate mais detalhado. Nesse momento, a
498 senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** disse que agradecia
499 também, e se colocou à disposição, declarando que certamente se faria presente
500 nesses seminários, e que podiam contar com eles. Nesse momento, a senhora **Maria**
501 **José Barroso – CNBB** tomou a palavra, dizendo que em nome do Conselho também
502 gostaria de agradecer e também de dizer que havia trabalhado na Previdência durante
503 32 anos, e que sempre achou que a Previdência deveria ir ao encontro de todos
504 aqueles que não estavam ainda fazendo parte da Previdência Social, e que agora
505 existe um programa que vem justamente colocar isso que sonhava. Fez seus
506 agradecimentos, dizendo que naquele momento teriam, como ponto de pauta, o
507 representante do Secretário Nacional de Transportes, que seria substituído pelo Dr.
508 Ferraz Filho, mas que no entanto, como ele não havia chegado, iriam então partir para
509 a leitura da ata, para poder adiantar a pauta. Nesse momento, o senhor **Perly**
510 **Cipriano – SEDH** tomou a palavra, aproveitando para dizer que a partir daquela data
511 nas reuniões eles teriam um estenotipista, e que portanto, a idéia não só era de
512 gravar, mas também de ter uma ata completa, na qual até as vírgulas estarão, e que
513 ela será disponibilizada para todas as pessoas, mas que não iriam imprimir, porque às
514 vezes são 70 páginas. Disse que ela pode ser disponibilizada por e-mail, se
515 necessário, mas que fariam a ata executiva, que é o que tratam, porque de outra
516 forma a leitura de umas 70 páginas para fazer uma discussão seria muito cansativa, e
517 declarou que se faz a executiva que diga “olha, isso aqui não ficou responsabilidade
518 do Álvaro, quem foi”, apenas a executiva, que isso facilita para eles. Nesse momento,
519 a senhora **Maria José Barroso – CNBB** perguntou quem gostaria de ler a ata para ter
520 uma participação maior? (*Álvaro inicia a leitura da ata. Josefa lê a partir de "Deliberou-*
521 *se:"*). Então a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** disse que queria solicitar que se
522 registrasse a sua participação na última plenária, porque não estava registrado ali, e a
523 senhora **Maria José Barroso – CNBB** comentou que realmente achava que o novo
524 modelo que estava sendo implantado até um pouco falho, porque já havia
525 reclamações. A senhora **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos – Associação**
526 **Brasileira de Educação** disse que gostaria, como suplente, de ser citada, inclusive
527 para que a sua Associação soubesse que comparecera, ao que a senhora **Maria José**
528 **Barroso – CNBB** acrescentou que naquele dia a sua suplente não viera, e que ela
529 deveria estar tomando assento, e a senhora **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos**

530 – **Associação Brasileira de Educação** adicionou que na reunião passada havia
531 estado presente, e que se o seu nome não estivesse ali, o que diria para a sua
532 associação? Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** disse que aquilo poderia ser
533 acrescentado sem problemas, e a senhora **Léa Lúcia Braga - CFESS** disse que seria
534 para registrar, porque não estava contemplado, o CFESS não estava contemplado, ao
535 que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** ponderou que registrariam os Conselheiros e as
536 pessoas que ali estiveram, arranjariam um lugar, “presente aqui esteve para fazer uma
537 exposição...”, Juriúza, ela estava presente também, e que supririam aquilo da próxima
538 vez. Disse que a idéia é que a ata seria basicamente o que foi decidido e a outra
539 questão a estenotipia resolveria, porque teria todos os dados e as informações.
540 Enfatizou que não deveriam deixar que ninguém estivesse presente sem que seu
541 nome fosse registrado, e que naquela reunião inclusive já fariam essa correção, e que
542 já ficaria como ata executiva com essas correções. Nesse instante, a senhora **Marly**
543 **Mascarenhas de Oliveira Bastos – Associação Brasileira de Educação** fez outra
544 observação, dizendo que é uma maneira muito ligeira para constar de uma ata
545 sintética falar: “a Conselheira Léa”, dar só o primeiro nome, e que achava que deve
546 ser dado o nome todo da pessoa, ao que a senhora **Maria José Barroso – CNBB**
547 acrescentou que também a instituição que ela representa deveria ser mencionada, e
548 que achava simples demais, e que aquilo não era bom. Então o senhor **Paulo S. M.**
549 **Negrão - Ministério da Cultura** concluiu que ficava aquela sugestão, o primeiro nome
550 e o sobrenome que o Conselheiro usa e, entre parênteses, a sigla da instituição. E o
551 senhor **Perly Cipriano – SEDH** acrescentou que já constava na lista de presença,
552 mas não custava nada. Então a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**
553 **Desenvolvimento Social** disse que queria complementar uma coisa na ata que não
554 havia sido bem a deliberação que estava ali escrita, porque ela havia preparado o
555 documento; quando se falava em “encaminhar o ofício ao Secretário Especial
556 solicitando a possibilidade da reunião do Conselho durante a Conferência”, a decisão
557 naquele dia havia sido de reiterar, reafirmar o que tinha sido votado na reunião
558 anterior, quando haviam estado no Ministério da Previdência e lá decidido e aprovado
559 por unanimidade que seria encaminhado aquele ofício. Disse que naquela reunião, no
560 Desenvolvimento Social, também por unanimidade se pediu para reiterar, e que ali
561 estava parecendo que era a primeira vez que se discutia para encaminhar o ofício. Ao
562 que a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que inclusive foi o Manoel
563 Veras quem disse não ser necessário se fazer outra votação, e que ali também não
564 estava registrado. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo**
565 **Rio Branco** comentou que achava que deveriam, onde se estava dizendo “deliberou-
566 se”, acompanhar item por item e ver quais seriam as correções; então veriam que
567 haveria algumas justificativas de comissões, alguma coisa que alguém teria que falar
568 alguma coisa, por exemplo, “encaminhar ofício à comissão organizadora do seminário
569 realizado em Cuba sobre a violência e maus-tratos contra a pessoa idosa, informando
570 sobre a impossibilidade desse Conselho de se fazer representar”, e perguntou à
571 Conselheira Léa, o que havia ficado definido ali. A senhora **Léa Lúcia Braga - CFESS**
572 disse que deixara uma proposta de ofício com ele. Ao que o senhor **Álvaro Fontes da**
573 **Silva Neto - Asilo Rio Branco** respondeu que tudo bem, mas que havia ficado dito
574 que já não havia mais, e a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que
575 pelo menos, não tinha recebido. Então o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo**
576 **Rio Branco** acrescentou que ela lhe havia passado um rascunho, a minuta de um
577 ofício, mas que o tempo já estava esgotado a muito, e a senhora **Maria da Penha**
578 **Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** comentou que passado ou não do
579 tempo, era preciso respeitar uma decisão coletiva, que na hora achara que não tinha
580 muito sentido porque já tinha corrido tanto tempo, mas foi aprovado. Então o senhor
581 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** comentou que achava que
582 deveriam fazer sim, e que algumas decisões que são importantes e que precisam ser

583 registradas ficam para o final da reunião, quando todo mundo está indo embora, e
584 acaba ficando assim: "Léa, faz isso, um rascunho, passa para o Álvaro", e que a coisa
585 fica sempre para um, que não se decide de uma forma de construção em conjunto,
586 que sobra sempre para um. Comentou que não estava se omitindo de nada, que a Léa
587 havia deixado um rascunho, mas que esse rascunho deveria ser apresentado a todos,
588 para construírem isso juntos. Ao que a senhora **Maria José Barroso – CNBB**
589 acrescentou que o Conselho é uma construção, e que não podiam se esquecer disso,
590 nem se afastar disso. Então o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio**
591 **Branco** sugeriu alterações para o resumo da ata: o nome, por exemplo, Padre Alfredo ✓
592 Morline, IPV.SS, não, Instituto Pró-Vida São Paulo, identificou ele. Álvaro Fontes, Asilo
593 Rio Branco. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** se dirigiu a Juriuza,
594 dizendo que ali estava quem encaminharia e que teriam que localizar quem fez para
595 ver se cada um fez a sua parte, e que era só isso, encaminhar a ata aos Conselheiros,
596 perguntando se havia sido encaminhado. Ao que **Jurilza - Secretaria Executiva do**
597 **CNDI** respondeu que havia sido encaminhado, mas que alguns não haviam recebido,
598 e que verificaria o que tinha havido. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da**
599 **Silva Neto - Asilo Rio Branco** sugeriu que para facilitar e fazer uma coisa bem mais
600 criteriosa, a Secretaria do Conselho atualizasse todos os e-mails posteriormente e
601 mandasse para todos, e que a ata completa, se não se quisesse passar para todos,
602 bastava disponibilizá-la no site do CNDI. Para o próximo item, "Convidar o CNAS para
603 a próxima reunião do CNDI", . Ao que a senhora **Jurilza - Secretaria Executiva do**
604 **CNDI** respondeu que o CNAS deveria, esta presente na próxima, 18 de agosto,
605 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** confirmou e passou para o próximo
606 item, "Consultar quanto ao término do mandato do CNDI", que havia sido feito. Quanto ✓
607 ao próximo item, "Alteração do decreto que diz respeito à ampliação dos órgãos em
608 conformidade com a nova estrutura do Governo", o senhor **Perly Cipriano – SEDH**
609 disse que acabara de recebê-lo naquele momento, e que depois providenciaria. A
610 seguir, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** proferiu o próximo
611 item, "Realização dos Seminários Estaduais sobre o Estatuto do Idoso", dizendo que
612 havia vários sendo realizados. Quanto ao próximo item, "Encaminhar ofício ao
613 Secretário Especial de Direitos Humanos solicitando que seja examinada a
614 possibilidade de realizar tal e tal", não havia sido possível, fora encaminhado, e a
615 senhora **Maria José Barroso – CNBB** comentou que era uma coisa um pouco
616 delicada, que havia encaminhado diretamente para o Dr. Nilmário, e que o Dr. Nilmário
617 recebera na íntegra, e que posteriormente havia mandado de imediato para o CNDI, e
618 que o CNDI tivera a coragem de cortar três itens que eram básicos, que era
619 justamente a sua justificativa. E acrescentou que nesses itens dizia assim: "na
620 oportunidade informamos, como não foi possível realizarmos a Conferência Nacional
621 sobre o Direito dos Idosos com as Conferências Estaduais e Municipais, como
622 propusemos o Seminário Nacional para Delinearmos as possibilidades de intervenção
623 do CNDI a nível nacional, ouvindo e discutindo sobre as possibilidades de múltiplos
624 encaminhamentos em nosso País, como não pudemos nem realizar a capacitação dos
625 Conselheiros a oportunidade da reunião nesse Congresso seria uma chance para o
626 CNDI." E disse que após isso, havia tirado uma cópia, e que na cópia não constava
627 isso, e achava aquilo uma coisa muito grave, porque não estava presidente daquele
628 conselho representando a CNBB para ser censurada. Acrescentou que pensava que
629 no Governo Lula não haveria os vícios do Governo passado, de imposição, esses
630 vícios de se fazer censura que eram tão criticados como existindo no CNDI. Declarou
631 que estava profundamente indignada, que ligara para a Secretária do Dr. Nilmário,
632 pedindo que lhe retornasse por gentileza o e-mail que mandara, e ela lhe retornou.
633 Comentou que disse à secretária que estava havendo censura, que ela não admitia e
634 nem o Estatuto do Idoso admitia isso, porque estava sendo discriminada, estava
635 sendo aviltada em suas proposições. Ao que a senhora **Juriuza - Secretaria**

Executiva do CNDI declarou que não tivera conhecimento desse documento, que quando ela havia cobrado o documento, havia pedido uma resposta no gabinete, que o gabinete estava cobrando e que não tinha nada do que ela havia mandado. Ao que a senhora **Maria José Barroso – CNBB** retrucou, dizendo que seria importante esclarecer. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, se comprometendo a buscar esclarecimentos, dizendo que sua preocupação inicial era outra, que a presidenta cumpriu o seu papel, mandou para o Ministro e-mail. E disse que poderia ver com o Ministro qual foi o e-mail que ele recebeu. Continuou dizendo que se ele recebeu, recebeu o que a presidente mandou, e que eles poderiam saber quem foi que fez essa outra coisa porque a correspondência é para o Ministro. Então, disse ele que daria a explicação do que foi, se houve um erro grave. Disse que perguntaria se o Ministro recebeu, qual foi que recebeu e por que entrou daquele jeito na página. Afirmou que se entrou assim, estava errado, pois o que deveria estar na página seria a correspondência da presidenta e uma resposta formal “sim” ou “não”, e propôs que traria esses dados e retornariam à discussão mais tarde com essas informações. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** tomou a palavra, propondo o próximo item, “Planejamento do CNDI”, dizendo que ficara combinado dos conselheiros mandarem subsídios para começarem a formatar alguma coisa mesmo no final do mandato, mas que não receberam nenhuma sugestão por parte de ninguém. Declarou que na sua opinião houvera naquele dia ali uma conquista muito grande, que era o maior anseio do Conselho, que é a questão do recurso e de ser deliberativo. Para ele, essa foi a maior conquista, mesmo perto do final do mandato, disse que não poderiam ser egoístas, que os outros continuariam, e registrou que acreditava que tudo melhoraria muito, mas que a questão da visibilidade tem outros caminhos também, que de certa forma, segundo ele, não dependiam disso, e que cabia a ele relatar alguns caminhos que foram tomados com a permissão da presidente; enfatizou que com a aquiescência da presidente tomaram algumas iniciativas no mês retrasado em contato que têm com um advogado que é presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, e que nesse contato com ele, ele lhe perguntara sobre o Conselho, o Dr. Nilton Correia, e ele lhe mostrara que os processos nos tribunais não estavam tendo a visibilidade necessária para que o idoso tivesse acesso rápido. E disse que ele, como uma pessoa que tem livre acesso ao Tribunal Superior do Trabalho, agendou uma reunião com o Ministro Vantuil Abdala, à qual foram pessoalmente e fizeram uma solicitação, fizeram o documento que mostraram no seminário em conjunto Conselho Nacional, e disse que acredita que essa foi realmente a primeira ação que dá resultado concreto para o idoso brasileiro, a qual diz o seguinte: “ABRAT, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – com seu presidente Nilton Correia, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vem diante de Vossa Excelência respeitosamente expor e requerer da forma seguinte, em cumprimento à lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 e os respectivos artigos, esse colendo Tribunal aditou ato geral, disciplinando a tramitação no TST dos processos nas quais figure como parte interveniente cidadão ou cidadã com idade igual ou superior a 60 anos, estabelecendo a identificação desse fato nas respectivas capas, carimbando com os dizeres ali indicados. Dois, ocorre que por fatores diversos, a preferência vem sendo cumprida com dificuldades que podem ser sanadas com providências simples. Três, os requerentes interferiram que a posição do carimbo nas capas não foi suficiente a cumprir o desejado pelo ato dessa Corte, notadamente pela sua falta de visibilidade. Assim solicitam que Vossa Excelência determine que seja fixada uma tarja de cor forte, provavelmente por fita adesiva, sobre as capas desses processos, em suas bordas e na parte frontal para dar efetivo destaque e realce ao processo, de forma que, à primeira vista, esteja visível tratar-se de autos que merecerão de todos a preferência indicada na lei. Vale destacar que tal medida já tem precedentes no

742 retirando todos os itens que não foram efetivados. Nesse momento, o senhor **Perly**
743 **Cipriano – SEDH** sugeriu que isso fosse trazido na próxima reunião para ser
744 apresentado, que no dia 18 de agosto as mesmas pessoas se encarregassem de
745 trazer aquele relatório. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto -**
746 **Asilo Rio Branco** retomou a palavra, sugerindo a possibilidade de encerrar o
747 mandato em dezembro e começar o mandato no ano de exercício de 2005. Então o
748 senhor **Perly Cipriano – SEDH** sugeriu que não se fizesse essa discussão ali, e
749 propôs terminarem a verificação da ata, com o próximo item, “Solicitar à CNBB a
750 avaliação da Campanha da Fraternidade 2003”. Com relação a isso, a senhora **Maria**
751 **José Barroso – CNBB** declarou que fora uma questão levantada pelo Geraldo Adão,
752 que fora encaminhada e que naquele dia ele viria apresentar, à tarde. Nesse
753 momento, a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento**
754 **Social** interferiu, mencionando o penúltimo item, no qual estava escrito que não
755 haviam sido reativadas as comissões criadas. Disse que a reativação implica na ação,
756 que em sua opinião não teriam tempo de reativar nada, se o seu prazo era até dia 18
757 de agosto. Em sua opinião, deveria ser passado que existiam, foram indicadas tais e
758 tais comissões para a próxima gestão aproveitar ou não, mas não reativar. Nesse
759 momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** retomou a
760 palavra, mencionando o último item, sobre indicação de um representante, que dizia
761 respeito à sua pessoa, e dizendo que numa assembléia realizada na Sala dos
762 Retratos fora escolhido o representante do Conselho para representar o Fórum
763 Nacional, que a Paula estava presente, e que pediram que fosse identificada qual foi a
764 reunião que constava na ata, para que fosse feito o ato da presidente dizendo que “foi
765 nomeado fulano de tal”. O senhor **Perly Cipriano – SEDH** comentou que havia sido
766 uma reunião um pouco polêmica, mas que o senhor Álvaro havia sido indicado, e que
767 a presidente deveria localizar aquela data e fazer aquela indicação. A senhora **Maria**
768 **José Barroso – CNBB** disse que tinha todas as atas, mas que a Secretaria Executiva,
769 com mais facilidade, procuraria à tarde para que o ato fosse feito. Ao que o senhor
770 **Perly Cipriano – SEDH** retrucou, dizendo que não haveria essa necessidade, porque
771 seria só uma nomeação, sem questionamento, e que todos se lembravam da ata e da
772 reunião. Nesse momento, a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** pediu que voltassem
773 ao item um, cuja deliberação fora “encaminhar ofício à comissão organizadora”,
774 dizendo que sua tarefa não fora de encaminhar, mas de minutar o ofício, e propôs que
775 se substituísse encaminhar por minutar e permanecesse Conselheira Léa, ou se
776 tirasse o seu nome dali. Ao que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** ponderou que a ata
777 correta seria a seguinte: “A Conselheira Léa fez a minuta. Não foi encaminhado”,
778 porque segundo ele poderia parecer que ela não fez a sua parte. Nesse momento, o
779 senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** tomou a palavra, pedindo um esclarecimento
780 sobre a ata. Em primeiro lugar, pediu desculpas pelo atraso, e mencionou item
781 “alteração do decreto do CNDI”, porque segundo ele, muitas coisas que aquele
782 Conselho não teve condições de colocar em prática ou de planejar melhor ficaram em
783 função exatamente dessa alteração do decreto. Então o senhor **Perly Cipriano –**
784 **SEDH** declarou que isso seria feito na hora dos informes, e esclareceu que a
785 Secretaria não alterou nenhum item dos pontos de pauta propostos, que apenas
786 fizeram uma sugestão de que passasse essa parte para a parte da manhã e incluíram
787 a questão da Previdência. E sugeriu que fizessem mais meia hora de informes antes
788 do almoço, com três minutos por informe. O primeiro inscrito foi o senhor **Paulo S. M.**
789 **Negrão – Ministério da Cultura**, que tomou a palavra dizendo que tivera o prazer de,
790 um mês antes, participar de um seminário com a senhora Penha em Goiânia, que
791 aproveitara um contato e conseguira se encontrar com os Secretários de Cultura
792 Municipal e Estadual, e que lhes levava algumas idéias. Declarou que inicialmente
793 tivera uma aceitação muito boa, e que na semana retrasada se encontrara em Vila
794 Boa de Goiás com o Secretário Municipal de Cultura, e que ele lhe disse que estava

689 tratamento de processos relacionados com massa falida, com procedimento
690 sumaríssimo e naqueles referentes a planos econômicos. Quarto, por derradeiro,
691 requerem que as providências que venham a ser adotadas nesse TST sejam
692 estendidas ou, quando menos, recomendadas a todos os Tribunais Regionais, tudo
693 com o objetivo de dar plena efetividade à preferência fixada pela lei de forma justa
694 para atender os idosos do País”. Afirmou que se solicitassem ao presidente do TST
695 que ele mudasse a capa do processo para vermelho, isso não seria feito, porque são
696 milhares de processos e ficaria inviável. Disse que o presidente do TST acatou a sua
697 solicitação e reformou o ato, determinando que fosse fixada uma faixa vermelha que
698 vai na frente do processo, lateral e fundo. Acrescentou que o que acontecia na
699 secretaria e nos tribunais quando o processo entrava, era que ele teria que receber
700 um carimbo na capa, outro processo era colocado em cima, e ninguém sabia que o
701 outro processo tinha prioridade de idoso. Enfatizou que hoje já existe uma tarja
702 vermelha, e que isso foi estendido para todos os tribunais. Com relação a isso, disse
703 ele que a OAB Nacional se somou a eles, disse que houve várias entrevistas citando a
704 participação, a iniciativa do Conselho Nacional no Jornal Valor Econômico do Rio de
705 Janeiro, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, e que estendera uma solicitação ao
706 Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal para que fizesse a mesma
707 iniciativa, e que isso já fora acatado por esses dois tribunais e estendido a todos.
708 Ponderou que essa era uma medida com a qual o Conselho Nacional realmente
709 esteve na mídia nacional reivindicando melhoria, conquista para o idoso que deve,
710 segundo ele, pelo menos, ter um final de vida digno, receber antes de morrer aqueles
711 recursos, e que isso a OAB disponibilizou no seu site para facilitar. Nesse momento a
712 senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** o
713 interrompeu, dizendo que estavam analisando a ata, e que aquilo era informe. Ao que
714 o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** se desculpou. Nesse
715 momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, pedindo “Sugestões dos
716 Ministérios para a próxima reunião do CNDI, Conselheiros Governamentais”. Declarou
717 que como haviam conseguido aquela estrutura para ter estenotipia, ter tudo copiado, e
718 foi ele quem propôs fazer reuniões nos outros Ministérios, que continua achando isso
719 muito bom, mas que precisariam, para evitar outros problemas que poderiam surgir,
720 ver se o Ministério no qual realizariam a reunião garante esse mínimo para eles, para
721 evitar deles irem ao Ministério e não terem a estrutura que precisam. Fez a suposição
722 que seria no Ministério da Fazenda, e disse que é preciso saber se eles mantêm a
723 estrutura proposta, com a estenotipia, e que isso facilitaria um pouco a sua vida.
724 Nesse momento, o senhor **Maurício Pinho Gama – MEC** entrevistou, dizendo que quem
725 devia fazer esse papel eram os representantes dos Ministérios, que ele poderia, levar
726 para o seu Ministério a proposta de fazer a reunião lá, e que para isso precisava saber
727 o que é necessário, porque a cultura de reunião lá talvez não fosse essa que estava
728 sendo requerida, e disse que a parte de estenotipia o assustara, que não é usual, e
729 que teria que ter verba para contratar um serviço terceirizado. Ao que o senhor **Perly**
730 **Cipriano – SEDH** retrucou, dizendo que consultariam o Ministério se ele pode ter
731 aquela estrutura mínima necessária, e que assim poderia ser em qualquer Ministério.
732 Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** retomou
733 a palavra, proferindo a próximo item, “Relatório do CNDI 2003 e agenda 2004”. A
734 senhora **Maria José Barroso – CNBB** declarou que esse relatório estava sendo
735 elaborado porque era o relatório que eles iriam entregar à nova comissão que iria
736 montar as novas eleições. Disse que é um relatório muito conciso de todas as
737 propostas que fizeram e de todas as propostas não operacionalizadas, não
738 respeitadas porque, segundo ela, quando assumiram, tinham algumas linhas
739 prioritárias de atuação do CNDI, e não conseguiram emplacar nenhuma. Mas
740 acrescentou que teriam o respeito com os outros que iriam lhes suceder, de
741 apresentar aquele relatório, e disse que estavam olhando as atas desde 2002, 2003 e

795 em gestões com o Sebrae para que em relação a alguns dos pontos que ele levou a
796 ele, possa, efetivamente, se iniciar a participação do Ministério da Cultura, e que tinha
797 esperança de que fossem desenvolvidas daquele momento em diante. Além disso,
798 disse ele que estava em entendimentos com seu chefe de gabinete para que o
799 Ministro fizesse uma carta, que seria muito mais forte que as suas, aos Secretários
800 Estaduais de Cultura, para que, a partir daí, ele pudesse fazer uma interlocução e
801 levar à frente aquelas idéias todas que ele já havia exposto. Acrescentou que também
802 entrou em contato com o diretor do Museu da Imagem do Som, que já existe isso em
803 São Paulo, um registro de pessoas idosas em relação a cultura, a vivências, a modos
804 de vida na cidade antiga, e que isso é uma coisa importante do ponto de vista de
805 cultura. Disse que encontrou também uma ressonância na parte dele, mas que o
806 Museu está passando por um processo muito grande de digitalizar todo o acervo dele,
807 que é monstruoso, só o arquivo da rádio internacional é de mais 40 mil itens, e disse
808 que eles conseguiram, junto a Petrobrás, uma verba para digitalizar uma parte desse
809 acervo, mas que acredita que nos próximos meses algumas ações voltadas aos
810 idosos seriam desenvolvidas no Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro, e que
811 pretendia fazer isso no Brasil todo. O senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio**
812 **Branco** acrescentou que com relação à tramitação desse processo, desta vez, a OAB
813 e a ABRAT, os consultara; disse que fizeram uma moção junto a esses mesmos
814 tribunais para que não houvesse a necessidade de ser provocado prioridade pelo
815 advogado, porque no Código de Processo Civil antigamente a idade de prioridade era
816 65 e deveria ser provocado pelo advogado. Enfatizou que pelo estatuto, a 10.741
817 revoga o que está no Código de Processo Civil. Disse que foi feita uma solicitação
818 conjunta de OAB/Conselho Nacional e ABRAT a todos esses tribunais para que fosse
819 identificado automaticamente quando entrasse em qualquer Tribunal. Com relação à
820 contribuição a um novo projeto, às pessoas que iriam continuar, disse que conversou
821 com o Perly, e que poderiam fazer uma ação conjunta do Conselho e da
822 Subsecretaria, sensibilizando os governadores de que os Estados ainda não têm
823 conselho para se criar esses conselhos de maneira emergencial, para que pudessem
824 contribuir melhor para a operacionalização da Política Nacional. Como expediente,
825 sugeriu um ofício conjunto aos Governadores dos Estados e, nas conferências
826 estaduais, a discussão da existência desses conselhos nos Estados onde não
827 existem. Em sua opinião, o conselho deve ter como meta principal a instalação dos
828 conselhos restantes. Disse que estão realizando em Sergipe uma reunião ampliada à
829 qual estão convidando o Conselho Nacional, a Secretaria Especial de Direitos
830 Humanos, a ANVISA, o Ministério do Desenvolvimento Social – coordenador da
831 Política Nacional do Idoso, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual,
832 a Defensoria Pública, o gestor estadual da Política Estadual do Idoso, o gestor
833 municipal, os Conselhos municipais, as assembleias legislativas, que essa era uma
834 mobilização que já discutira, que depois o Perly poderia entrar em detalhe, que já
835 estava agendado em Sergipe, que iriam formar o pacto de Sergipe, que seriam as
836 ações em todos os níveis para contemplar a legislação vigente; que eles deveriam
837 operacionalizar o que já existe, e que lei já existe demais. Acrescentou que partir daí
838 iriam traçar o pacto, o que cada um iria fazer, e que a partir daí poderia se estender
839 para outros Estados. Disse que haveria mesas redondas e que convidariam toda a
840 sociedade civil, Secretarias de Assistência municipais, Federação de Aposentados,
841 associações. Disse, por exemplo, que o Ministério do Desenvolvimento Social é o
842 coordenador do Plano Governamental de Ação Integrada. Nesse momento, a senhora
843 **Maria José Barroso – CNBB** tomou a palavra, dizendo que dissera na noite anterior
844 ao senhor Álvaro que antes de deixar o Conselho, gostaria de fazer uma carta para os
845 Governadores informando sobre a importância, o significado dos conselhos, mas que
846 para fazer essa carta precisava se assegurar de que ela fosse na íntegra. Acrescentou
847 que recebeu novamente do BID uma informação muito importante, muito significativa,

848 que o BID continuava interessado em fazer um pacto com o CNDI para avançar. Em
849 seguida, a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRA** tomou a palavra, dizendo
850 estar extremamente indignada com o Governo do Estado de Pernambuco, que vetara,
851 depois de publicar na mídia por diversas vezes, a criação da Delegacia do Idoso, que
852 é uma coisa que ela defendia, e que principalmente com o estatuto, achava
853 extremamente necessária, e que estava numa luta de mobilização grande quanto a
854 isso, para poder reverter a situação, e que esperava ter êxito. A outra questão que
855 mencionou, é que várias entidades de lá estavam solicitando a realização de eventos
856 para discutir o estatuto, dentre eles a Fundação Joaquim Nabuco, que é
857 extremamente respeitada lá no Nordeste, e que vai estar realizando uma iniciativa
858 deles e da OAB. Finalizou dizendo que aquilo a deixa extremamente tranqüila na
859 melhor condução, na melhor abrangência das discussões. O Próximo informe coube à
860 senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social**, que
861 registrou que o Brasil foi escolhido para sediar a 32ª Conferência Internacional de
862 Bem-estar Social em 2006. Disse que haverá a 31ª Conferência Internacional na
863 Malásia em agosto e que o nosso Presidente foi convidado para fazer a conferência
864 de abertura. Disse que o convite para o Presidente já estava no Ministério das
865 Relações Exteriores, que estavam aguardando apenas a definição para que a
866 Embaixada Brasileira na Malásia se organizasse e definisse a comitiva brasileira que
867 estaria lá. Acrescentou que já haviam escolhido o tema para o Brasil, “Desafios para a
868 inclusão: pobreza e desigualdades sociais”, que segundo ela tem a haver
869 principalmente a nossa região. E disse que acabara de chegar, há uma semana e
870 meia, do encontro internacional no Chile, ao qual estiveram presentes 130 instituições
871 representativas de ONGs internacionais e de cada País, e que nós temos
872 compromissos seriíssimos, desde 95, da CUMBRE, nós temos compromissos da
873 Conferência da Mulher, nós temos compromissos de Madri, e que os governos não
874 estão cumprindo. Enfatizou que tivemos, o ano passado, o compromisso da América
875 Latina e Caribe para o Envelhecimento, e que o relatório final havia sido trazido na
876 semana anterior à CEPAL. E disse que começam a assumir compromissos, e que
877 ficam no papel. Então, concluiu que têm que ir muito devagar com isso, com muita
878 seriedade para cobrar numa outra instância que as coisas aconteçam. Acrescentou
879 que Isso fora falado entre todas as organizações que estavam representadas no Chile.
880 E também comunicou ao Conselho que já haviam iniciado a programação para o dia
881 1º de outubro de 2004, onde iriam novamente retomar o Parque da Cidade com a
882 caminhada, e disse que esperava que no dia 1º de outubro, o Sr. Presidente da
883 República vá estar assinando, com os demais Ministros, o Plano de Ação Integrada.
884 Disse que estavam fechando com os Ministérios junto a isso a elaboração de uma
885 cartilha que segundo ela não é mais de Estatuto, é a operacionalização do Estatuto
886 que é o que todo mundo, nos encontros em que estão indo, está pedindo: “Como?
887 Onde eu pego o medicamento? Onde eu faço isso? Com quem? Um manual. Como é
888 que eu me inscrevo para a LOAS?”. Ao que o senhor **Paulo S. M. Negrão –**
889 **Ministério da Cultura** acrescentou que quando não fosse entendido, seria necessário
890 um mecanismo rápido para reclamar. E a senhora **Maria da Penha Franco -**
891 **Ministério do Desenvolvimento Social** disse que essa é a discussão que está
892 começando. Mencionou o Plano de Ação Integrada Interministerial, o plano dos
893 Ministros que estão envolvidos. Nesse momento, a senhora **Ana Amélia Camarano -**
894 **Ministério do Planejamento** pediu a palavra, dizendo que estão preparando no IPEA,
895 uma versão atualizada e ampliada do livro “Muito além dos 60” numa versão em
896 português e inglês, e que estão negociando com as Nações Unidas para lançar a
897 versão inglesa no exterior, e que estão em parceria com a Secretaria dos Direitos
898 Humanos para fazer um sistema de indicadores para a população idosa, inclusive já
899 incorporando os indicadores propostos de acompanhamento na reunião da América
900 Latina, CEPAL, e registrou que o que queria era convidar o pessoal ali presente para

901 fazerem um evento conjunto, o Conselho, a Secretaria, para o lançamento de um
902 seminário discutindo o livro, o lançamento do livro, dos sistemas de indicadores e as
903 outras coisas que já estavam previstas para ser lançadas, que se pudesse fazer isso
904 num evento conjunto, em parceria. Nesse momento, a palavra foi passada para o
905 senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP**, que disse que daria uma informação e que
906 também estaria pedindo uma informação. Primeiramente, segundo ele, a COBAP vem
907 preocupada com a questão do atendimento ao idoso, principalmente com a dificuldade
908 de acesso, a questão do medicamento e outros itens. Segundo ele, o Estatuto do Idoso
909 vem exatamente para determinar quais são as obrigações do Ministério da Saúde e o
910 compromisso com essa população. Disse que foram constituídos, no Ministério da
911 Saúde, dois grupos de trabalho para poder exatamente criar as condições para que se
912 efetive as obrigações do Ministério com relação a essa população. Mas ponderou que
913 esse trabalho está demorando um pouco, que apesar da cobrança não têm ainda o
914 projeto de como as coisas iriam acontecer, porque na verdade não estavam
915 acontecendo já como deveriam estar. Então, disse que pedira na quarta-feira anterior
916 uma reunião com a coordenadora da saúde do idoso, que é a Dra. Nedil, e que ele e a
917 senhora Maria Aleida foram lá, tiveram uma reunião de uma hora e tanto com ela, e
918 ela deu a informação de que dois grupos de trabalho estavam trabalhando exatamente
919 nessa linha, mas que não é uma coisa que se consegue resolver de um dia para outro,
920 porque na verdade isso vai se estender para os estados, vai se estender para os
921 municípios, vai ter uma série de pactuações, que o negócio não é tão fácil assim. Mas
922 disse que pedira para ela ver se havia condições de pelo menos apresentar um projeto
923 o mais rápido possível para que aquele projeto fosse do conhecimento deles, para que
924 dissessem se aquele projeto estava ou não coerente com o que eles conhecem da
925 realidade na ponta do sistema. Disse que os dois grupos estavam tratando da
926 seguinte forma: um grupo iria cuidar das residências de longa permanência, e o outro
927 grupo estaria cuidando da questão do medicamento, da atenção domiciliar, da atenção
928 básica, do medicamento, e que então viera o problema da Farmácia Popular, e que
929 achava que aquele Conselho devia estar alerta para a possibilidade de amanhã, de
930 alguma forma, ela ir substituindo a obrigatoriedade do Governo de fornecer o
931 medicamento do SUS como integralidade da assistência. Disse que no decreto que o
932 Presidente assinou instituindo a farmácia básica está bem claro que esta farmácia
933 básica é para atender à população não preferencialmente usuária do SUS, porque
934 segundo ele nós temos mais ou menos 35 milhões de pessoas nos planos de saúde,
935 são pessoas que têm plano por deficiência do SUS e não por eficiência dos planos,
936 que conseguem a consulta, conseguem o exame, mas não conseguem o
937 medicamento, essa população não pode comprar o medicamento, mas como ela tem
938 plano de saúde, ela não usa o SUS, mas está carente do medicamento. Então,
939 concluiu, essa farmácia parece, e pelo que está no decreto, é para atender
940 basicamente essa população, o que, segundo ele, não impede o usuário do SUS, ou
941 qualquer um, de ir à farmácia e também ter acesso. Disse que será uma lista de 90 a
942 92 medicamentos que achava que iria facilitar muito a vida dos pobres deste País, que
943 usam medicamentos. Mas enfatizou que é preciso estar unidos, tanto o Conselho
944 como o Conselho Nacional de Saúde, e que a Farmácia do SUS fosse revisada,
945 ampliada e atendesse à demanda dos usuários do SUS, que todo o receituário do
946 SUS encontrasse realmente o medicamento que a pessoa precisa, que isso faz parte
947 da integralidade do sistema. Concluiu que é preciso reconhecer a importância da
948 Farmácia Básica, mas que é preciso estar atento para ela não vir, amanhã, a tirar
949 medicamento de uma lista e passar para outra, porque, segundo ele, a função do
950 SUS, de fornecer o medicamento, tem que ser cumprida. Finalizou pedindo que na
951 próxima reunião fosse pautada a presença dos representantes do grupo do Ministério
952 da Saúde para apresentarem esse projeto. Em seguida, disse que ficou assustado
953 quando viu na televisão que mais de 14 mil pessoas poderiam ser afetadas com a

revisão que a Assistência Social faria com relação aos benefícios da LOAS. Registrou que se uma pessoa tiver que ser excluída por uma diferença de ¼ do salário mínimo, de 2, 3 cinco reais, isso será uma injustiça, e que eles tinham que pensar em trabalhar essa questão. Nesse momento, a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** disse que em sua opinião o Conselho tinha todo o direito de colocar em aprovação, de protestar ou de louvar as medidas boas ou erradas, e que o Conselho deveria se manifestar quanto a isso, como o Conselho também deveria se manifestar quanto à cobrança de 8% dos inativos, que essas coisas que estavam acontecendo não era porque o Conselho estava vinculado, com a participação governamental, mas que era preciso respeitar o coletivo e, principalmente, respeitar a população pela qual é responsável. Então a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que havia trazido um jornal dizendo que o INSS suspendera o pagamento do deficiente e do idoso. E o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** ponderou que achava aquilo que ela havia colocado importante, que precisavam sair dali com alguma coisa. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** sugeriu que colocassem esse questão num ponto de pauta, porque senão não ficaria nem em informe, nem se discutiria, nem decidiriam. Ao que a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** questionou que não seria discutir, seria a manifestação do Conselho contra. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, dizendo que o decreto que começaram a falar ali fora publicado naquele dia, e que portanto, quando foi dado o informe inicial, eles não o tinham, mas que iria tirar cópias para todos receberem. Disse que fez uma consulta jurídica à Casa Civil, como havia assumido o compromisso. Disse que o mandato se encerra em 3 de setembro de 2004, e em relação à Secretaria Especial, declarou que já realizaram parceria com os Governos Estaduais, um pouco do rumo que o Álvaro havia falado, e disse que estão entrando em contato com todas as Secretarias de Ação Social, entrando em contato com as Assembléias, com os Ministérios Públicos, com as Defensorias, para ver se realizam os seminários nos Estados, com o Ministério Público para dizer que é o papel dele, o Conselho, a Defensoria, o Juiz, e acrescentou que já haviam feito trabalhos com os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Acre, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, e que já estavam fazendo entendimentos no DF, que o Álvaro estava levantando algumas questões, e convocou quem mais pudesse trabalhar nesse sentido, para verem se montam em outros Estados; seria em Sergipe, e disse que estão trabalhando com os Estados do Amazonas, Rondônia, Alagoas e Pernambuco. E acrescentou que estavam realizando também uma discussão com a ANVISA, estavam discutindo, a Secretaria, a ANVISA, o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde para estabelecer uma espécie de regulamentação para a questão das instituições de longa permanência, que era uma discussão longa, já vinha de antes, estava em consulta pública, já tinha sido até anunciada no último seminário que fizeram, da violência contra o idoso. Disse que até em consulta pública havia sido pedido que se desse mais um mês além daquele prazo previsto, porque começaram a chegar muitas sugestões boas. Enfatizou que quem pudesse, entrasse lá e desse sugestões. Em relação à capacitação sobre violência contra a pessoa idosa, disse estavam fazendo um convênio com a Associação dos Promotores Públicos de Defesa do Idoso e Portador de Deficiência para a realização de cursos em todos os Estados, e disse que aí teriam que incluir os conselhos juntos, em todos os Estados realizarem, e que a idéia era de fazer por Estado. Acrescentou que a questão de se fazer regional é mais cara do que fazer por Estados. Declarou que essa ação já faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa daquela discussão que alguns estiveram presentes. E prosseguiu dizendo que iriam realizar a Conferência Nacional de Direitos Humanos, que começaria no dia 29 de junho e iria até o dia 2 de julho e que não tinham condição de incluir as pessoas como delegados na Conferência, porque seriam 580 delegados, o

1007 espaço era pequeno, já existiam os convites que os Estados fizeram, e que estava
1008 assegurado ao presidente dos conselhos. Registrou que alguns Estados brigaram e
1009 conseguiram uma vaga lá, e que ele pelo menos pedira, e pediu que brigassem nos
1010 seus Estados para saírem representantes dos idosos nessa Conferência. Disse que
1011 essa Conferência também iria inaugurar o Disque Nacional de Direitos Humanos, que
1012 é 100. Acrescentou que esse disque iria trabalhar 7 dias por semana, 24 horas por dia,
1013 porque todos os disque existentes, com todo o esforço que se fazia, era no expediente
1014 normal, e sexta, sábado e domingo, à noite. Então, ele concluiu que iriam funcionar 24
1015 horas por dia, 7 dias por semana, e que teríamos uma ouvidoria em Brasília, e que
1016 estavam trabalhando com a lógica para ver se seria possível ter pelo menos uns vinte
1017 advogados para o Disque. Disse que quando viesse uma violência, uma violação dos
1018 direitos do idoso, essa ouvidoria, imediatamente, encaminharia ao Conselho, à
1019 Assembléia Legislativa, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, ao Ministério
1020 Público, à Promotoria, e que iriam trabalhar para que ele recebesse de imediato e que
1021 esse dado ficasse registrado, e que teríamos, finalmente, banco de dados no Brasil.
1022 Enfatizou que o que o promotor fez, o que o Conselho fez, o que a Assembléia
1023 Legislativa fez, o que a OAB fez, o que eles fizeram no Estado, tudo isso vai estar num
1024 banco de dados, e fica-se sabendo que em determinado Estado o Conselho funciona
1025 muito bem, que existem Estados nos quais às vezes o Conselho fica dormindo, e
1026 disse que nessa conferência também iriam aprovar o Sistema Nacional de Direitos
1027 Humanos, um sistema que integra todos os Conselhos, o Conselho da Criança, a
1028 questão do idoso, o Combate à Violência da Mulher, do Índio, e disse que qualquer
1029 Conselho precisa discutir todas as questões, senão, em sua opinião, não existem
1030 direitos humanos, questões universais e indivisíveis de todos. Nesse sentido,
1031 continuou, é preciso integrar, e disse que queria propor que a Conferência, atendendo
1032 à preocupação do Álvaro e da Mariazinha, deveria fazer uma pequena moção, porque
1033 não iria ter um espaço na Conferência específico para idoso, para mulher, é o sistema.
1034 O que é o sistema da pessoa idosa? – perguntou ele. E continuou dizendo que são os
1035 conselhos, associações, a rede, tudo, e que a OAB tem um papel, que o sindicato tem
1036 que começar a subir, todo mundo tem papel. Então, concluiu ele, é trabalhar, e dispôs-
1037 se a apresentar uma moção para alguns delegados que estiverem na Conferência,
1038 pedindo para fortalecer os Conselhos existentes e ampliar a criação de Conselhos. E
1039 acrescentou que poderiam dizer que o seu Conselho estava empenhado não só no
1040 fortalecimento, mas também na ampliação dos estaduais e dos municipais. Nesse
1041 momento, a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRA** tomou a palavra, dizendo
1042 que se inscrevera na capacitação à distância pela Internet para gestores de direitos
1043 humanos, e que se surpreendeu que naquela relação, nos *links* que existem para
1044 optar, não existe nenhuma menção de um segmento idoso. Sugeriu então que para
1045 que pudessem estar, daquele momento em diante, inserindo a questão do idoso em
1046 direitos humanos, e se tivessem até o final daquela reunião os critérios exigidos para a
1047 inclusão de um segmento nos direitos humanos, onde se inscrever. Nesse momento, o
1048 senhor **Perly Cipriano – SEDH** esclareceu que estavam montando um curso de
1049 gestor de direitos humanos de 70 horas, com educação à distância, que a pessoa
1050 receberia um diploma e poderia, no Estado, constituir até grupos. Disse que a
1051 inscrição estava aberta, que já existiam mais de 4 mil inscritos, que aliás a inscrição se
1052 encerrava naquele dia. Acrescentou que existia preferência, por exemplo, um homem
1053 e uma mulher, contagem de ponto, a mulher teria prioridade. Disse que se, por
1054 exemplo, você se inscreveu e o Conselho estiver dizendo que você está sendo inscrito
1055 enquanto Conselho, já estará garantida a sua vaga, você não vai ficar disputando com
1056 três mil outras pessoas. E continuou dizendo que se você chegar e disser que é
1057 Conselheira, o que você está dizendo é uma outra coisa, e como é que se associa ao
1058 Movimento Nacional de Direitos, aí disse ela que não sabia, pois ela é uma ONG
1059 muito grande que tem suas regras, e ela pessoalmente não sabia como as pessoas se

inscrevem lá. Com relação ao curso, disse que quem quisesse se inscrever, se inscreveria dizendo ser um Conselheiro nacional, e já teria prioridade. Então, disse ela que é distribuído nacionalmente pelo IBGE, em quinhentas e tantas regiões, e que não ficaria só em Brasília, só em São Paulo como tradição, ficaria em todos os Estados, em todas as regiões. Acrescentou que tinham mil vagas e acreditava conseguir mais 300 vagas naquele dia, porque a demanda fora grande, havia mais de 4 mil pessoas inscritas, por exemplo, saúde indígena tinha 37 vagas, quilombolas, MST. Ao que a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRAZ** perguntou se teria que se inscrever de novo, e o senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que não sabia como fora a inscrição, que ela podia entrar na internet, dar uma olhada lá e aí se inscreveria como uma pessoa do Conselho Nacional, que essa é a contagem de ponto, porque não é possível saber no Brasil inteiro quem se inscreve. Disse que até o final da tarde garantia pelo menos umas vinte vagas para o Conselho, mas para pessoa que vai militar, que não adiantava falar que queria uma vaga porque o sobrinho vai pegar o diploma e aquele diploma vai arranjar emprego para ele. Disse que é para quem estava militando na área. Nesse momento foi feito o intervalo para o almoço, e após isso o senhor **Perly Cipriano – SEDH** reiniciou a reunião, pedindo que a funcionária que preparou o texto para Sra. Presidente enviar ao Sr. Secretário esclarecesse o fato, porque o que fora dito ali pela Sra. Presidente do CNDI teria que ser esclarecido. Então, disse que ela podia se identificar e fazer o esclarecimento e, se houvesse alguma dúvida, perguntariam a ela. A senhora **Lúcia – Secretaria Executiva do CNDI** cumprimentou a todos, dizendo que trabalhava na Secretaria e era funcionária da CNDI. Disse que houvera um problema, que a Mariazinha teve dúvida na transferência do memorando, que não sabia se ela se recordava, no dia do seminário Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Pessoa Idosa, ela e a Penha rascunharam um ofício para o Secretário. Disse que saiu do seminário, veio ao Ministério, fez o memorando, passou para o e-mail da ANATEL para ela corrigir. Acrescentou que ela olhou e corrigiu, que subiu à ANATEL, corrigiu o memorando, voltou para o salão, e que ela lhe disse: “Não vou fazer isso aqui, não vou fazer, vou levar e vou corrigir e depois você me passa”. Acrescentou que o memorando que ela resgatou foi o que lhe havia passado, que ela corrigira, e mandara aquele novo que estava com o Dr. Perly, e disse que passara para a secretária do Dr. Nilmário, mostrou o comprovante, e disse que fora aquele que fora para a secretária, dizendo que aquele que ela tinha resgatado foi o antigo que ela lhe havia mandado para corrigir. E concluiu que houvera um equívoco. E enfatizou que no dia 3 de maio ela lhe ligara perguntando porque ela não havia passado, e que ela lhe dissera que pedira para o Dr. Roberto para dar uma olhadinha para ver se a pontuação está toda certa. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** agradeceu à senhora Lúcia pelos seus esclarecimentos e deu prosseguimento à reunião. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** foi convidada a fazer o seu depoimento, dizendo que desde o início do ano, logo depois da promulgação do Estatuto, uma das reivindicações e cobranças nos Estados, nos encontros em que participara, era a questão do transporte interestadual. Disse que a questão do transporte municipal, etc., todo mundo já sabe que é uma legislação local, mas que o interestadual depende de uma regulamentação do Ministério dos Transportes. Disse que na primeira semana de março, o Ministério convocara o Ministério dos Transportes para uma reunião para que pudessem discutir juntos a regulamentação. Acrescentou que eles enviaram dois assessores do gabinete do Ministro, que passaram uma tarde discutindo a operacionalização, porque o método que o Ministério dos Transportes vinha adotando para o portador de deficiência tinha demonstrado ser ineficaz, havia mais de 200 processos parados, sem emissão de carteira, porque eles centralizaram o processo. Continuou dizendo que após isso ter sido discutido, tinham feito uma proposta, por entenderem que toda medida de regulamentação do Governo deve ser construída e

compartilhada com a sociedade civil, e sugeriram a criação de um grupo de trabalho no seu Ministério com o Ministério dos Transportes e a convocação da COBAP, do CONSEAS, do CONGEMAS e do CNDI. Declarou que aquele, para eles, seria o grupo mais representativo da sociedade civil para discutir com os dois órgãos de Governo a operacionalização. Acrescentou, para ficar claro, que CONGEMAS é o Conselho Nacional de Gestores Municipais, ou seja, é quem representa todos os Secretários Municipais e Assistência Social e Ação Social nesse País, e o CONSEAS é que representa os Secretários de Estado de Ação Social e Assistência Social. E disse que essa operacionalização, essa regulamentação, passaria pelo Estado e pelo Município, e que acreditava, esperava, confiava, que esse Governo tivesse ações radicais, ações centralizadoras, ações de mando, sem que a sociedade civil estivesse junto. Bem, prosseguiu, acertada a constituição do grupo, 12 dias depois o Ministro saiu, foi exonerado, foram exonerados os assessores que iniciaram o processo de conversação. Acrescentou que tentaram uma aproximação com a nova administração, e a informação é que eles estavam se organizando, tomando pé das coisas, o que estava em andamento para poder retomar as discussões. Disse que estava fazendo o histórico para estarem acompanhando os meses todos, porque esse era um assunto grave. Prosseguiu dizendo que uma semana antes tiveram, na última reunião do CNAS, quando o novo Secretário Nacional de Transporte, seu ex-companheiro de Ministério, havia assumido, havia procurado o Ministério para a retomada do processo que ele queria acordar com eles, uma vez que até então o seu Ministério coordenava a Política Nacional do Idoso. Muito bem, prosseguiu ela, dizendo que foram surpreendidos de que o Ministério dos Transportes já tinha enviado uma mensagem para a Casa Civil e minutado o decreto para o Presidente da República fazendo a regulamentação das passagens interestaduais sem que tivessem participado. Disse que a Casa Civil, muito inteligentemente, ao receber a proposta direta do Ministério dos Transportes, encaminhou ao seu Ministério para avaliar e propor, e ver, acordar o que achavam. Disse que sua Secretária Executiva, o Ministro não estava, lhes mandara direto para que fizessem uma avaliação. Acrescentou que ao pegar a mensagem, tivera uma crise de desespero, porque iriam repetir o Berzoini com a fila dos idosos nos guichês das empresas de viagem, e que pegou o telefone, ligou para a Mariazinha em Fortaleza, perguntando se ela tinha consciência da participação do Conselho no que estava proposto como regulamentação para os idosos, e que Mariazinha dissera que não participara de comissão nem de grupo de trabalho nenhum. Mas o nome do Conselho estava no encaminhamento à Casa Civil, não dizia as pessoas, dizia as instituições e o texto dessa proposta feria totalmente o que vinham combatendo ali. Disse que vinham defendendo um tratamento humanizado, descentralizado, facilitador, e que lhes estavam impondo um centralismo que seria um caos e um impacto altamente negativo para o Governo, e que Mariazinha dissera que não participara, não estava sabendo se foi alguém do CNDI àquele grupo de trabalho." Ao que a senhora **Jurilza - Secretária Executiva do CNDI** acrescentou que não viera nada do Ministério dos Transportes para o CNDI, nem convite nem comunicado para participar desse processo. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** retomou a palavra, dizendo que no texto do encaminhamento saíra o nome do Conselho; se estava o da Associação Brasileira de Transportadoras, que são os grandes empresários de transportes, era uma coisa, mas os dois únicos órgãos citados governamentais foram o Ministério dos Transportes e o CNDI, e isso era outra coisa. Nesse momento, o senhor **Paulo S. M. Negrão - Ministério da Cultura** perguntou se ela chegara a ligar para onde aquele texto fora feito. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu que não ligara, que o convidara vir ali. Disse que tinha que ir para o Congresso de Gerontologia, cancelou sua ida no dia, ficaram até quase nove horas da noite, que a secretaria foi na frente porque tinha a abertura do Congresso, e que

refutou de cabo a rabo a proposta do Ministério dos Transportes. Enfatizou que eles jogam para as empresas transportadoras a obrigatoriedade dela confeccionar um vale-transporte idoso, que é uma passagem, não é carteira, é uma passagem, a original fica na transportadora com os dados do idoso que recebeu e a outra vai para a mão do idoso viajar. Prosseguiu dizendo que esse idoso tem que se apresentar até três horas antes do embarque no guichê de onde ele quer ir, para onde ele quer ir, e tem que apresentar, no guichê da transportadora, contracheque do INSS, comprovante da carteira de trabalho, dez documentos, um deles ele tem que apresentar. E, por último, disse ela, se ele não tiver nenhum desses documentos para apresentar, ele apresenta uma declaração do Conselho Municipal de Assistência Social de que ele está enquadrado no corte de renda. Prosseguiu dizendo que aí a empresa, mensalmente, terá que apresentar ao Ministério, à Secretaria de Transporte ou congênere, quantos bilhetes foram dados aos idosos no mês, para haver controle. Enfatizou ela que é uma coisa que se examinarmos ao nível de Brasil, achava que quem fez isso não conhece o nosso País e reportando-se ao Estado do Rio de Janeiro, disse que existem dois municípios, um deles chamado Varre e Sai, e outro é Lajes do Muriaé, que a transportadora maior interestadual fica em Itaperuna, alguns quilômetros distante. Explicou que o idoso vai ter que sair porque para pegar um ônibus interestadual ele vai pegar em Itaperuna e não em Lajes do Muriaé; ele terá que sair de Lajes do Muriaé, ir para Itaperuna, terá que chegar até três horas antes; se chegar um pouco atrasado, o outro idoso já passou lá pegou a passagem, e que depois ele volta para o seu Município porque não conseguiu nem chegou em tempo. E finalizou dizendo que é um sistema bastante complicado. Ao que o senhor **Maurício Pinho Gama – MEC** perguntou se havia cota. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu dizendo que eram dois assentos, que se ultrapassasse os dois assentos, a pessoa teria 50% de desconto na passagem, que isso é o que estava dito no Estatuto. Disse que refutou isso dizendo das condições de locomoção e do cuidado do idoso de ter que ter um acompanhante, etc., e que tinham, de imediato, um impacto altamente positivo para o Governo, tinham como fazer chegar a quase 2 milhões e meio de brasileiros na sua casa o direito de viajar, que usariam se quisessem, mas que teriam o vale-transporte. Disse que esses dois milhões e meio seriam primeiramente o levantamento dos 777 mil idosos que já estavam no BPC, já estavam no corte de renda, que tinham o nome, endereço, toda a localização. Disse que a esses foram adicionados todos os idosos que estavam na Previdência Social, que o INSS sabe os aposentados que estão na faixa de renda e que, junto com o seu pagamento, eles receberiam o direito de viajar, somou os que estão no Cadastro Único, e finalmente, os que não se enquadravam no BPC, não recebiam pelo BPC nem nada, é que procurariam as secretarias municipais e a secretaria, ela própria, faria o encaminhamento para a empresa, que era o atestado de que estava no corte de renda, sem mais nenhuma burocracia, simplificando tudo isso. Enfatizou que o bilhete passaria a ser chamado de “Bilhete Idoso Cidadão”, dando o direito de viajar até três horas, podendo a passagem ser tirada por um responsável do idoso, um filho, uma filha, uma nora. Declarou que essa foi a proposta que fizeram, que foi entregue na mão da sua Secretaria Executiva, assinada e enviada para a Casa Civil. Disse que não podia dizer se chegou em tempo hábil da não assinatura da proposta que foi mandada, que não sabia qual fora a repercussão disso na Casa Civil, porque estavam se contrapondo ao que estava proposto pelo Ministério dos Transportes, e que o desdobramento daquilo, em que pé estava, ela não sabia dizer. Disse que seu papel, do mesmo jeito que fora contra a medida aglutinativa do Governo que foi apresentada se contrapondo ao Estatuto do Idoso de Paulo Paim, fora de se posicionar contra a medida aglutinativa do próprio Governo e que a Ministra absorveu isso e tiveram várias reuniões na Comissão de Seguridade Social, tanto assim, enfatizou ela, que o Governo retirou a medida e deixou correr a medida do Paulo Paim como estava

originalmente. E registrou que em sua defesa dissera que era um respeito a oito anos de luta, de debates nos Estados, nos fóruns, nos seminários por aquele estatuto, aquela proposta estatutária, e que não seria agora que o Governo, quando havia toda uma possibilidade e abertura do Governo Lula assinar o Estatuto, entraria com uma outra proposta, se contrapondo àquela de discussão anterior. E disse que foi retirada a medida, aliás feita por Aldo Rabelo, que se contrapunha ao original, e que voltou a correr somente a proposta do Paulo Paim, do Barbosa, do Coruja. Disse que a situação era aquela, que naquele dia o que iria sair publicado, como dissera a sua diretora, eles iriam dormir em paz, porque segundo ela, enquanto puderam gritar e alertar o Governo para o impacto negativo de uma medida dessas, eles fizeram. Nesse momento, a senhora **Maria José Barroso – CNBB** pediu que ela localizasse quem foi representando o CNDI, e a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRA** acrescentou que seria importante o Conselho Nacional se posicionar de alguma forma com relação àquilo, que seria importante se pudessem ter acesso à cópia da minuta que estava lá para ser aprovada, na qual consta o nome do Conselho, para que pudessem, em anexo, encaminhar um documento solicitando esclarecimentos com relação a uma proposta daquelas, uma emenda daquelas, que segundo ela ia de encontro a tudo que eles acreditavam que seria digno para que o idoso tivesse acesso aos transportes. Então, concluiu ela, que fosse encaminhado, que saísse alguma coisa do Conselho Nacional solicitando providências. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** disse que queria dar o encaminhamento, primeiro, que fizessem um pequeno documento para saber se alguém falou ou esteve em reunião representando o Conselho. Comentou que como não autorizaram ninguém, deveria ser ninguém. E disse que o item seguinte seria que ele queria que o pessoal do Transporte viesse ali para dar as devidas explicações, ou que se achassem que valia a pena, como tinham estenotipia e todas as palavras de todas as pessoas estavam lá, poderiam pegar todas as palavras da Penha, sem exceção, do jeito que estavam, e encaminhar, pedindo uma explicação antes da reunião, porque aí eles escutariam o que ela falou e dariam a resposta. Disse também que ele mesmo telefonaria para pedir essas explicações. E foi o que fez, ficando aguardando um retorno, e passando para o próximo ponto, sobre o decreto. O senhor **Manoel Veras Nascimento - Ministério do Trabalho** perguntou se o decreto havia sido publicado. O senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que fora publicado no dia anterior. O senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** fez uma observação, que quando colocou como se realizaria o processo, até a Léa entrevistou dizendo da possibilidade de fazer uma comissão, mas que o processo eleitoral estava amarrado ao Regimento, e que estava confirmado no artigo 4º que o processo de eleição estava amarrado à confecção do Regimento Interno, e que o seu § 1º do artigo 4º diz que a eleição será convocada pelo CNDI por meio de edital publicado em Diário Oficial 60 dias antes do término do mandato. Então, ponderou ele, que tinham que estar alertas a isso. Observou ainda que o Regimento Interno, § 2º, do CNDI disciplinará as normas e os procedimentos relativos à eleição da sociedade civil organizada que comporão a sua estrutura. Então, concluiu ele que tinham que ter um Regimento já aprovado para realizar a eleição. Ao que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** comentou que podiam levantar esses itens e anotar todos eles porque, um dos itens também era elaborar o Regimento, porque, segundo ele, depois de eleito é que se elabora o Regimento, tradicionalmente. Disse que deviam levantar quais eram as dúvidas, colocar no papel, fazer uma consulta, porque existiam questões contraditórias, senão ficariam discutindo ali. Propôs que fizessem por escrito e encaminhassem segunda-feira as contradições, item um, se primeiro tinha que eleger sem ter o Regimento. Mas, perguntou ele, não é o Regimento que diz como se procede a eleição? Lembrou que o Álvaro levantou algumas, disse que outras pessoas levantariam mais, e que formulariam item por item, formalmente, encaminhariam lá e fariam uma consulta, para não fazerem uma

1272 interpretação; disse que sabia que havia juristas ali, e que achava que deveria haver
1273 uma solução. Em seguida, o senhor **Paulo S. M. Negrão - Ministério da Cultura**
1274 perguntou em que tempo essa resposta viria, sabendo-se que a última reunião do
1275 Conselho seria dia 18. O senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que iriam
1276 formular isso e pedir urgência para responderem as contradições que julgarem
1277 necessário, mas ponderou que houve alteração no sentido de novos Ministérios, e que
1278 poderiam consultar se o Regimento proposto fazendo alteração apenas dos
1279 Ministérios não contempla. Se disserem que sim, continuou ele, já existe o Regimento
1280 interno. E sugeriu que o senhor Álvaro e mais uma ou duas pessoas formulassem
1281 todas as questões, encaminhassem na próxima segunda-feira ou naquele dia mesmo,
1282 dependendo do horário que terminasse a reunião, e que ele assumiria o compromisso
1283 e ajudaria para apressar e não esperar a reunião para mandar resposta, mandariam a
1284 resposta por e-mail. Ao que a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**
1285 **Desenvolvimento Social** concordou, dizendo que a sugestão do senhor Perly era
1286 perfeita, que iria se ater ao artigo 4º § 1º e 2º porque no artigo 4º dizia, no § 1º que
1287 seria convocado através de um edital. Ponderou que o edital teria que estar saindo
1288 naquele dia, porque são necessários 60 dias, o edital de convocação e o § 2º fala que
1289 o Regimento Interno é que disciplinará as normas. Então, enfatizou que achava que a
1290 consulta deveria ser feita em cima daquilo, e considerando que o mandato daquele
1291 Conselho terminaria no dia X. Em seguida, o senhor **Perly Cipriano – SEDH**
1292 ponderou que aproveitariam, enquanto iriam tocando os outros itens, para utilizar o
1293 Regimento que existia e que iria sofrer alterações, e todos iriam lendo e anotando o
1294 que seria preciso e fariam as consultas. Nesse momento, o senhor **Geraldo Adão**
1295 **Santos – COBAP** mencionou que o decreto já estava vigente a partir daquele
1296 momento, e que já haviam saído os 14 representantes do Governo, mas que da
1297 sociedade civil ainda não tinham as indicações, e perguntou se elas sairiam no
1298 processo eleitoral novo ou seriam indicadas por aquele Conselho naquele momento,
1299 ou se seria o Regimento que definiria aquilo. Ao que a senhora **Maria da Penha**
1300 **Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu que o edital do CNAS
1301 diria quem se habilitaria. E mencionou que o 2º parágrafo do artigo 3º dizia que seriam
1302 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos com
1303 atuação no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa que tenham
1304 filiadas organizadas em pelo menos cinco unidades da Federação distribuídos em três
1305 regiões do País. Nesse momento o **Padre Alfredo Morlini - Instituto Pró-Vida SS**
1306 mencionou que os conselhos não estavam, e perguntou quem iria representar idoso
1307 excluído legalmente. O senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que partiram do
1308 princípio que possivelmente algumas das pessoas dentre eles fariam parte do
1309 Conselho. Disse por exemplo que a sua presidente é do Conselho Estadual, o vice é
1310 de um Conselho Estadual, e que o Padre também é do Conselho Estadual. Então,
1311 concluiu, não teria uma representação própria, seriam essas pessoas que
1312 representariam os conselhos. Em seguida, a senhora **Maria da Penha Franco -**
1313 **Ministério do Desenvolvimento Social** disse que as Secretarias da Mulher e Racial
1314 não haviam sido citadas. Ao que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que
1315 acabara de verificar isso, e a senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt – MRE**
1316 propôs que isso poderia ser contornado usando-se o número de vagas da sociedade
1317 civil para suprir, mas o senhor **Perly Cipriano - SEDH** lembrou que precisaria ser
1318 paritário, e que ele mesmo poderia propor os representantes, e chamou o próximo
1319 ponto de pauta. A senhora **Maria José Barroso – CNBB** mencionou que entre as
1320 propostas para o fim do mandato, aquela que foi apresentada eles não conseguiram
1321 deslanchar, e disse que o CNDI definiu como linhas prioritárias de atuação para o
1322 biênio 2003/2004, “incentivar a criação dos Conselhos”, que não tiveram essa
1323 iniciativa, e que iriam fazer isso através de uma carta aos senhores governadores; “
1324 estimular a implantação de um programa nacional de prevenção à violência contra a

1325 pessoa idosa”, “fazer gestões junto ao Ministério da Justiça no sentido de assegurar
1326 recursos orçamentários destinados ao funcionamento do Conselho Nacional de
1327 Direitos do Idoso”, disse que não era mais o Conselho da Justiça, que passara para a
1328 Secretaria Especial de Direitos Humanos. E pediu ao Dr. Perly para falar sobre as
1329 prioritárias que diziam “fazer gestões junto ao Ministério da Justiça orçamentários no
1330 sentido de assegurar recursos orçamentários destinados ao funcionamento do
1331 Conselho Nacional de Direitos do Idoso”. Nesse momento o senhor **Paulo S. M.**
1332 **Negrão - Ministério da Cultura** lembrou que já sugerira diversas vezes que o
1333 Conselho deveria ter recursos próprios, através de uma proposta de emenda
1334 parlamentar, para que pudesse fazer as ações que quer fazer e não consegue. A
1335 senhora **Maria José Barroso – CNBB** concordou com ele, disse que não tinham
1336 entendido a dimensão daquilo. Então, e que iria fazer essa proposta, procurar os
1337 parlamentares, tanto deputados como senadores, que são seus aliados na questão
1338 dos direitos do idoso, para que o Conselho tivesse a possibilidade de desenvolver
1339 outras ações. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** entrevistou, dizendo que
1340 o conselho mais velho do Brasil chama-se CDDPH, criado em 16 de março de 1964,
1341 com poderes até para intervir no Estado, e não tem fundos, e que o Conselho de
1342 Combate à Discriminação também não tem fundos. Disse que em sua opinião teria
1343 que haver recursos na Assistência, no outro Ministério, porque é a prática da política,
1344 mas que o Conselho ele achava que era para reunir, formular, propor, discutir. Ao que
1345 a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social**
1346 acrescentou que nas disposições gerais, artigo 8º e 9º já estava definido que caberia à
1347 Secretaria de Direitos Humanos cobrir as despesas, garantir a infra-estrutura,
1348 retaguarda, apoio e os deslocamentos, e que em relação à previsão orçamentária para
1349 cobrir isso estava ali dito que era da Secretaria. Então a senhora **Maria José Barroso**
1350 **– CNBB** comentou que não tiveram capacidade de promover a capacitação de certos
1351 Conselheiros. Nesse momento ocorre a chegada do senhor **Magdo Soares –**
1352 **Ministério dos Transportes**, que tomou a palavra, pedindo desculpas pelo atraso, e
1353 dizendo que houve um desencontro no Ministério, pois só recebeu o recado na hora
1354 do almoço. O senhor **Perly Cipriano – SEDH** explicou-lhe a situação, e pediu a
1355 senhora Maria da Penha resumir-lhe o que já havia dito anteriormente. A senhora
1356 **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** tomou a palavra,
1357 dizendo que iniciara entendimentos com o Ministério dos Transportes, com a sugestão
1358 da formação do grupo de trabalho e etc. Disse que, com a mudança da estrutura do
1359 Ministério, a saída do Ministro, saída dos assessores, não conseguiram recuperar a
1360 proposta da criação do grupo de trabalho com a participação da sociedade civil.
1361 Enfatizou que chegaram a escrever isso, o CONGEMAS, CONSEAS, COBAP, etc., e
1362 que foram surpreendidos na semana retrasada, com um documento que eles tinham
1363 mandado direto para a Casa Civil, que não tinha passado pela discussão no seu
1364 Ministério. Disse que a Casa Civil lhes devolveu o documento, que fizeram uma
1365 avaliação contestando aqueles pontos e encaminharam à sua Secretária Executiva
1366 para encaminhar à Casa Civil, e que no documento que a Casa Civil lhes mandou
1367 para avaliação, antes de chegar a minuta da portaria regulamentadora, dizia que havia
1368 sido criado um grupo de trabalho composto por representantes da Associação
1369 Brasileira de Transportes, Ministério dos Transportes e CNDI, que era aquele
1370 Conselho. Disse que a primeira coisa que fez foi ligar para a Mariazinha, e que a
1371 Mariazinha disse que não havia participado nem designado ninguém, e que ela havia
1372 falado para Mariazinha que o que estava proposto causaria um impacto negativo para
1373 o Governo, e que iriam contestar o que estava proposto, mas que de qualquer forma o
1374 nome do CNDI estava junto ao documento, junto à proposta. O senhor **Magdo Soares**
1375 **– Ministério dos Transportes** disse que quando saiu o Estatuto, o Ministério nomeou
1376 um grupo de trabalho para regulamentação do capítulo X, na área de transportes.
1377 Acrescentou que esse grupo foi formado por uma portaria do Ministério, tinha

representantes do Ministério e outros representantes, que podia até citar os nomes ali: Ernesto Augusto, que era do Ministério dos Transportes e era o representante do Ministério dos Transportes junto ao CONADE, o Ernesto era o coordenador do grupo; Joel de Oliveira, também do Ministério; Luis Amilton Lima Mendonça; Glênio de Moraes Oliveira, que também era do Ministério dos Transportes; Cátia Simone Rocha Bonfim e Nirsa Terezinha Roque de Souza. Esse era o grupo de trabalho. Então o senhor **Manoel Veras Nascimento - Ministério do Trabalho** perguntou quem representava o Conselho, e o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que não sabia, que também não tinha essa informação, que aquele era o grupo, e que não tinha confirmação que uma daquelas pessoas seria representante do Conselho. Ao que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** disse que era engano, mas que a deveriam verificar onde havia aquela informação. E o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** acrescentou que aquele engano estava oficial, e mencionou a cópia da portaria, que estava com ele. E disse que a única opção que o Ministro dava ao grupo de trabalho a condição de convocar outros servidores de outros ministérios ou entidades vinculadas para contribuir com o andamento dos trabalhos, tinha competência para implementação da Política Nacional do Idoso, estabelecido no Estatuto do Idoso, aprovado pela lei 10.741. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** perguntou onde alguém vira aquele nome. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu que fora no documento do Ministério dos Transportes. Então o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** disse que se havia outro documento que fora encaminhado para ela, ele não tinha, só tinha a portaria. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** afirmou que tinha o documento que acompanhava a portaria. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** sugeriu que esse outro documento fosse passado para todos para terem conhecimento, e fosse passado para o próprio ministério. O outro item, segundo ele, seria o que tem a haver com a política dos transportes, se havia alguma coisa específica da questão do idoso. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** acrescentou que no Ministério existia um entendimento da área jurídica de que precisaria de uma regulamentação específica. Então, disse ele, foi encaminhado esse documento à Presidência da República como uma proposta e solicitando que viesse acontecer uma regulamentação específica, e que o Ministério estava no aguardo dessa decisão da Casa Civil. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** comentou que seria bom trazer todos os dados porque já havia a proposta de sair um documento. Disse que seria bom se ele pudesse dizer-lhes os aqueles itens, item por item, que seriam conflitantes com o que estavam discutindo, para que o Ministério dos Transportes dissesse sim ou não. E acrescentou que não queria fazer aquela discussão na presença de outras pessoas. Como se tratava de uma questão mais interna de Governo, ele achava que era um absurdo o que estava acontecendo, e que preferia que o Transporte falasse exatamente qual era a sua política, e que as pessoas esclarecessem suas dúvidas. Então o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** disse que poderia passar cópia da proposta que foi encaminhada, o pessoal daria uma passada d'olhos no documento, e as dúvidas que tivesse ele dirimiria, porque senão ele iria comentar um documento que tinha quatro ou cinco páginas e que era estritamente operacional, da parte do benefício do idoso. Nesse momento, o **Padre Alfredo Morlini - Instituto Pró-Vida SS** ponderou que podiam ser estudados os dois processos, aquele que veio da Assistência Social e o outro que veio do Ministério dos Transportes, em vista de um terceiro documento que iria sair no estudo dos dois para não deixar fora, por exemplo, as propostas daquele documento que tem um espírito, uma filosofia social em proteção do idoso e também a parte técnica que deve ser do Transporte, que deve ser mais técnico que social, e que unindo os dois podia dar, talvez, uma portaria, uma resposta que seria um pouco a síntese dos dois, sem criar conflitos, porque não se

1431 podia destruir um ou outro, e acrescentou que já que existiam dois documentos, o
1432 mais forte talvez fosse o dos transportes, mas que um Ministério era igual a outro. Ao
1433 que o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** concordou, e disse que
1434 faria uma observação tomando como base o que fora feito para a pessoa portadora de
1435 deficiência: na época saíra uma portaria interministerial envolvendo Transporte, Saúde
1436 e Justiça, porque o documento do Ministério dos Transportes era muito operacional,
1437 mencionava como que seria o credenciamento, como seria o atendimento em cada
1438 linha de ônibus, qual o documento que seria emitido para que houvesse viagem, como
1439 a fiscalização procederia. Então, ponderou ele, o documento do Ministério dos
1440 Transportes era muito operacional, muito técnico e ele não se voltava muito para a
1441 parte social. E concluiu que consolidando os dois, teriam um documento bem mais
1442 amplo, a exemplo do passe do portador de deficiência que era dos três Ministérios,
1443 que saiu uma portaria interministerial envolvendo a parte de saúde, saiu uma norma
1444 de atestado médico pelo Ministério da Saúde, como deveria ser o atestado, e saiu um
1445 documento de requerimento por parte do Ministério da Justiça. E acrescentou que o
1446 Ministério dos Transportes entrou com o credenciamento e a parte operacional, a
1447 identificação da pessoa e a emissão da carteira de identificação. Nesse momento, a
1448 senhora **Maria José Barroso – CNBB** perguntou-lhe como poderia resgatar a
1449 indicação da pessoa que foi representando o CNDI, e o senhor **Magdo Soares –**
1450 **Ministério dos Transportes** respondeu que podia identificar cada uma das pessoas
1451 que participaram do grupo e sua indicação. E a senhora **Maria José Barroso – CNBB**
1452 aventou a hipótese da sigla ter sido confundida com outra, e que o Conselho talvez
1453 nem tivesse sido representado mesmo. Em seguida, ficou definido que o senhor
1454 Magdo Soares – Ministério dos Transportes, enviaria um e-mail com a informação dos
1455 nomes para a secretaria do Conselho. Nesse momento, a senhora **Lea Lucia Braga -**
1456 **CFESS** tomou a palavra, dizendo que em relação à discussão dos fundos, depois da
1457 Constituição de 88, todas as leis orgânicas que vieram regulamentando os artigos
1458 inovaram com a questão do fundo. Disse que os fundos especiais foram copiados da
1459 lei 4.320 de 64, que na época da ditadura, para agilizar todo o processo de
1460 manutenção da estrutura, utilizava o fundo especial. Então, continuou ela, as políticas
1461 sociais copiaram essa mecânica e os fundos especiais, que na verdade era uma conta
1462 bancária, mas que em sua opinião era importante porque ela vinculava as ações
1463 daquela política, da saúde, da assistência, criança e adolescente. E disse que aquele
1464 fundo existia na esfera nacional, estadual e municipal e era destinado numa ação
1465 finalística que a política tinha. Então, concluiu ela, um fundo para aquele Conselho
1466 aqui não fazia o menor sentido, porque ele tinha uma ação na linha da defesa dos
1467 direitos, que era diferente da execução de serviços voltados para os idosos.
1468 Prosseguiu dizendo que outra questão que estava colocada era a necessidade que
1469 aquele Conselho tinha de ter recursos garantidos na sua rubrica para funcionar. Disse
1470 que para ele funcionar, precisava de recurso para garantir as passagens dos
1471 Conselheiros, a estrutura necessária para a reunião, capacitação, se o conselho
1472 entendesse que teria um programa de capacitação voltada para os atores importantes
1473 da política. Concluiu então que achava que as duas questões que foram colocadas ali
1474 na mesa estavam corretas num ponto de vista, mas que haviam sido emboladas na
1475 discussão, e que a verba para o Conselho funcionar com autonomia não é fundo.
1476 Finalizou dizendo que podiam fazer a reivindicação correta no Executivo mesmo, e
1477 não precisavam apelar para o Congresso. Nesse momento, a senhora **Maria José**
1478 **Barroso – CNBB** relembrou a questão da capacitação, dizendo que na última reunião,
1479 ele dissera que nunca fora feito uma demanda para essa capacitação, e propôs que
1480 se fizesse uma capacitação rápida antes do final do mandato. Ao que o senhor **Perly**
1481 **Cipriano – SEDH** respondeu que se ela dissesse o que seria essa capacitação, se
1482 precisasse o que seria essa capacitação, fizesse um dia de capacitação, se fosse uma
1483 coisa razoável, que o Conselho concordasse. Comentou que o que não podia era

fazer uma coisa porque o Conselho estava acabando, senão pareceria que estavam fazendo porque era o último dia, e tinham que fazer aquilo. E propôs que se elaborasse um projetinho mínimo de um curso de dois dias para a capacitação. Nesse momento, o texto do Ministério dos Transportes foi distribuído, lido, e começaram os questionamentos, conforme havia sido combinado. A senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt – MRE** declarou que o artigo 3º, § 2 dizia que o idoso, para exercer o direito as duas vagas, teria que comparecer com antecedência de até três horas, e que o artigo 4º, § 1º dizia que caso não houvesse mais vagas, o desconto de 50% estaria disponível somente com antecedência de 12 horas da viagem. E disse que não entendia como uma coisa casaria com a outra. Perguntou como é que 12 horas antes se saberia que as vagas já não existem mais, pois havia até 3 horas para a pessoa se apresentar. Em seguida, o senhor **Manoel Veras Nascimento - Ministério do Trabalho** expôs a sua dúvida, também com relação ao artigo 3º. Disse que queria dar um exemplo, porque não ficara claro: numa viagem de Brasília para Belo Horizonte, sobre a questão do guichê, claro que o destino de origem é Brasília, então o guichê da empresa estaria em Brasília, em Alexânia existe uma rodoviária, e disse para suporem que a viagem seria de Brasília para Goiânia. Continuou dizendo que em Alexânia existe uma outra rodovia onde se pára e tem guichê. Então, perguntou ele se um idoso que mora em Alexânia teria que vir a Brasília para se apresentar no guichê da empresa em Brasília, ou poderia se dirigir ao guichê de Alexânia ou de outros itinerários em que há paradas onde as pessoas embarcam e desembarcam. E em relação ao último artigo, disse que ele estipula uma sanção, uma multa. E disse que queria saber se essa sanção teria que ter respaldo em lei, aquela que é feita pelo Poder Legislativo, porque se ela estava disciplinada em decreto, ela tinha que ter um respaldo em lei. E perguntou se ela tinha respaldo na lei 10.741, cujo texto ele não conhecia. O senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** comentou que estavam estabelecidas ali as condições da pessoa chegar no guichê da rodoviária com o tempo previsto, agendar a passagem e tudo. Acrescentou que as vezes a pessoa vai com uma data de volta prevista, às vezes ela viaja sem a data de volta prevista, e perguntou qual seria a regulamentação para essa volta. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** comentou que em sua proposta tinha marcar a ida e volta. Então, o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** começou a responder as questões. Com relação ao questionamento a das três horas e do desconto de 12 horas, disse que havia alguma coisa errada, porque se estavam exigindo que ele se apresente três horas antes do embarque para ter a gratuidade de dois lugares e desconto de 50% no que exceder, então, segundo ele, dentro das três horas, se esgotarem esses lugares, a empresa, automaticamente, teria que proceder ao desconto, mas comentou que lhe parecia que o prazo estava invertido, e concordou que estava contraditório. Comentou que a idéia das três horas foi do passe livre, na mesma condição da pessoa portadora de deficiência, até três horas antes do embarque, dois lugares seriam preservados para o atendimento da pessoa portadora de deficiência no veículo tipo convencional, que não valeria para o executivo nem para o carro leito. Acrescentou que depois dessas três horas, a empresa poderia comercializar esses lugares, não ficaria com prejuízo porque entra, na composição tarifária, o aproveitamento do veículo. Então, concluiu ele, se ela estiver com o aproveitamento mais baixo, lógico que seu custo operacional vai ficar mais alto. E concluiu que realmente era uma observação que teriam que fazer, porque deveria ser exatamente o contrário, até 12 horas antes do embarque você teria os dois lugares gratuitos e, depois desse tempo, você daria um limite para a pessoa identificar e ter o desconto. E prosseguiu dizendo que o problema do desconto era que a empresa teria que fazer uma operação diferenciada, porque quando emite o bilhete de passagem, ela recolhe imposto em cima disso. Então, concluiu ele, ela vai ter que ter uma autorização especial da Fazenda para fazer isso, vai ter um negócio mais

complicado. Acrescentou que o Ministério dos Transportes teria que colocar uma composição tarifária diferente porque a empresa tem uma tarifa que chama tarifa máxima e pode praticar desconto, que esse desconto é controlado pelo Ministério dos Transportes para que não exista uma concorrência ruínosa ou venha aplicar um preço vil. Então, ponderou, isso é controlado, a empresa manifestaria o desejo de praticar um desconto e o Ministério dos Transportes autorizaria no prazo que ela achasse conveniente. Concluiu então que achava que havia um erro, a observação realmente fora bastante pertinente. Com relação ao outro caso, parada intermediária, disse as linhas operadas pelo Ministério dos Transportes têm os locais determinados de parada e os locais de embarque e desembarque. Acrescentou que para que ela faça embarque e desembarque, ela tem que ter um secionamento, ou seja, um lugar onde ela fraciona a passagem. Então, comentou, no caso de Alexânia, no exemplo, se houver um secionamento de Alexânia para Goiânia, o passageiro poderia fazer essa aquisição lá em Alexânia. Disse que se não tiver esse secionamento, teria o mesmo procedimento do passageiro pagante, ou seja, pagaria Brasília Goiânia, então a reserva teria que acontecer em Brasília. Aventou que se a empresa estiver informatizada, e nem todas estão, e preciso fazer uma diferença de transporte aéreo, se o avião levantou vôo, ninguém entra mais. E disse que no ônibus, no ponto intermediário, se ele fizer embarque, a pessoa vai ficar no condicionamento da saída no ponto inicial e a chegada do ônibus para chegada do ônibus para saber se tem lugar ou não para ele embarcar. Entre os dois grátis e entre os 50% com desconto. Porque, segundo ele, vai ter o passageiro pagante também nesse mesmo veículo. Então, concluiu, no ponto intermediário o atendimento é feito nos mesmos procedimentos do passageiro pagante. Disse que se a empresa tiver o fracionamento na passagem ou o secionamento na cidade, ela estará autorizada a entrar naquele terminal, fazer embarque ou embarque e desembarque. Então, disse ele que o problema do embarque no ponto intermediário dependia da chegada do veículo, e que esse era o mesmo procedimento do passageiro pagante. Acrescentou que algumas empresas hoje já estão informatizadas. E citou um exemplo: um secionamento Paracatu-Rio de Janeiro numa viagem Brasília Rio de Janeiro, não pode ser no mesmo Estado, o transporte é interestadual, salvo exceção de contratos muito antigos nos quais existe secionamento. Aventou que se a empresa já está informatizada e tem o sistema de atendimento, à medida que ela esgota a saída de Brasília, ela comunica com Paracatu e fala quantos lugares existem para vender. Então, concluiu ele, antes do ônibus chegar ela já começaria a proceder à venda. Se não, ela teria que esperar o ônibus chegar, o motorista anunciar a quantidade de lugares e ela disponibilizar a venda. Perguntou se eles tinham costume de andar de ônibus, e declarou que aquele era o procedimento normal e não penalizando, era o mesmo caso do deficiente, o mesmo atendimento. Com relação à questão das multas, disse que para todos os decretos, o Ministério tinha um regulamento, o regulamento do transporte de passageiros era feito por um decreto, o decreto 2.521, interestadual, transporte rodoviário de passageiro e toda a estipulação dessas multas tinha o respaldo legal do Ministério, como poder concedente, pudesse aplicar isso. E disse que no caso, faltava destrinchar as multas e dar os valores específicos para cada ação. Então o senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** perguntou se seria agendado antes ou lá. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que em princípio, ele teria que fazer. Disse que hoje as empresas operam isso, com algumas empresas que estão informatizadas em Brasília já pode fazer a reserva da volta. Em princípio, disse ele, a pessoa não tem o bilhete na mão, ela não sai de Brasília com o bilhete Rio-Brasília, devido a diferença de ICMS, só é possível emitir essa passagem porque a passagem não é nada mais do que uma nota fiscal de um contrato de serviço. Então, concluiu, essa passagem tem que ser emitida no Rio de Janeiro, por causa de diferença de ICMS, mas sai com a volta marcada e lá tem que consolidar a reserva.

Disse que o passageiro pagante sai com a passagem de ida e um talão que garante a reserva da volta, e ao chegar ao Rio de Janeiro, ele apresenta à empresa e ela emite, porque o ICMS é diferente. Então, concluiu, até o problema da diferença de preço de passagem, às vezes o passageiro não entende; é porque os impostos são diferentes, as taxas de embarque são diferentes. Acrescentou que as empresas que estão informatizadas já podem fazer essas reservas, nem todas têm, e observou que no sistema de transporte, está-se calcando muito em cima do rodoviário de passageiro, ele absorve 95 do sistema de transporte brasileiro, que o outro percentual fica com o hidroviário, o aéreo e o ferroviário, e que nesse sistema existem empresas com uma frota de 1.500 ônibus, estrutura, sistema, condição operacional, e existem empresas com frota de 5 ônibus, e essas empresas com uma frota menor, principalmente nas viagens interior-capital ou na zona de fronteira, entre as cidades do interior na zona de fronteira, já estão se modernizando, mas ainda tem disponibilidade de venda de ida e volta. Nesse momento, **Neidil** comentou que para as passagens que ultrapassam 50%, tem duas de graça e a partir daí com 50% de desconto, e perguntou quantas passagens seriam. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que dependeria da capacidade do veículo. Então **Neidil** comentou que era aquilo que precisava ser entendido, porque segundo sua opinião existia um problema ali também, na medida em que não se especificava quantos e, até 12 horas antes, ou 3 horas antes, em tese as passagens já teriam sido vendidas, e ali não se estabelece limite. Concluiu que em seu entendimento, só existia reserva para duas passagens grátis, até 3 horas antes do embarque, e que não existia garantia de 50% para os que excedessem. Seu entendimento era que a companhia não iria fazer nenhuma reserva, venderia normalmente. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** enfatizou que a reserva era de dois lugares, porque o próprio Estatuto jogava essa condição, e desconto de 50% para os idosos que excederem as vagas gratuitas. Aí, concluiu ele, existe o desconto, mas vai competir, a nível de lugares, com o passageiro pagante, é a mesma coisa do estudante que paga meia, ele entra e compra o ingresso junto com quem paga inteira. Nesse momento, o senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** perguntou se aquilo era uma minuta, se já estaria sendo encaminhado ao senhor Ministro da Casa Civil, ou se seria encaminhado, e se alguns esclarecimentos ou alguma sugestão de mudança poderia ser feita ainda. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que aquele documento fora encaminhado ao nível de minuta, ainda estava sujeito a chuvas e trovoadas. O senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** acrescentou que poderiam ainda sugerir, e encaminhariam para o Ministério e o Ministério faria o encaminhamento para complementar. Ao que o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** ponderou que seria discutido com o Ministério dos Transportes, porque a Casa Civil não iria fazer as modificações que entendesse, iria ouvir a área técnica, porque às vezes as modificações podem não ser operacionais. A senhora **Maria José Barroso – CNBB** perguntou se ele poderia disponibilizar o e-mail para ser mais fácil, e o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** o deu, magdo.soares@transportes.gov.br. Nesse instante, a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** declarou sua preocupação com o item 6 do § 2º do artigo 6º que segundo ele remetia para as Secretarias Municipais de Assistência Social uma participação na decisão de quem acessar esse benefício. Sua opinião era de que para se chegar a isso era preciso pactuar, fazer um processo de discussão com a representação dos governos municipais, estaduais, da assistência social, porque segundo ela, geraria para o município uma demanda, necessidade de Recursos Humanos, de montar uma estrutura para atender, teria que ser pactuado. Sugeriu que passe ou pela CONSEAS, CONGEMAS, pactue isso, senão, em sua opinião, poderia haver um movimento de resistência se não for bem pactuado na esfera federal. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** ponderou que o § 2º fala que a comprovação de renda seria feita mediante a apresentação de um

dos documentos. Então, concluiu, não são todos, pode ser qualquer um desses. Ao que a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** retrucou que se não tivesse nenhum, a questão estaria colocada do mesmo jeito. E o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** ponderou que seria a opção de qualquer um desses, mas que poderia cair, realmente, onde ela estava apontando. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** comentou que apesar da vulnerabilidade do idoso e de tantas necessidades que o idoso tem, a questão do transporte se constitui na maior ânsia do idoso brasileiro. Então, segundo ele, provavelmente, o Ministério deveria ter uma pretensão de uma data para consolidar isso, ou a Casa Civil, para que isso aconteça. E perguntou se existe alguma previsão, alguma determinação do Ministro para que o presidente assinasse isso. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que não tem, porque essa regulamentação, como está na própria lei, era para ter acontecido já em 1º de janeiro, que tiveram noventa dias e o Ministério passou e foi essa proposta. Acrescentou que dependeriam de consolidar isso para que o Ministério saísse com a operacionalização. Disse que a pergunta foi pertinente porque a previsão do Ministério para o decreto era que seriam os pontos principais e depois sairia uma instrução normativa ou uma instrução de serviço da área do poder concedente sobre como as empresas deveriam proceder, a identificação, o questionamento, destrinchar os valores de multa, a obrigatoriedade das empresas procederem a treinamento dos prepostos. Finalizou dizendo que se fosse haver revisão de planilha, não entrariam nisso. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, agradeceu a presença, e disse que concluiria a reunião. O senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** disse que gostaria de complementar duas coisas que tinham sido importantes na parceria com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. Disse que o Dr. Nilton Correia faria um evento em função dessa parceria, um evento nacional de direito do trabalho do idoso. Disse que em função desse contato o Conselho seria contatado para esse evento, além da OAB Nacional, o Conselho foi incluído na Comissão da Reforma Trabalhista dentro da OAB Nacional. E disse que passaria isso oficialmente, pois achava que era um motivo de satisfação de todos, porque era o Conselho participando de coisas importantes. Disse que isso saiu no *site* da ABRAT, do TST, da OAB, tudo divulgado a nível nacional, e que isso era uma conquista para o idoso brasileiro. A senhora **Maria José Barroso – CNBB** disse que queria que constasse no *site* do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, a questão da última moção que apresentaram na presença do senhor Paulo Paim. Mas a senhora **Jurilza - Secretaria Executiva do CNDI** disse que não recebera cópia desta moção para colocar no *site*. Ao que a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que poderia mandar. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** agradeceu a todos, dizendo que a luta continuava, que tinham muito trabalho pela frente, já tinham um novo formato para o Conselho, mas que muitos deles retornariam, e que se não retornassem, continuariam trabalhando, fazendo o que fazíamos e torcendo. A reunião terminou com os agradecimentos da senhora **Maria José Barroso – CNBB** a todos presentes.

A conselheira Neidil Costa, representante do Ministério da Saúde se fez presente na referida reunião por pouco tempo saindo em seguida.